

A problemática tecnológica e a agricultura familiar do Mercosul: uma análise a partir da REAF¹

RESUMO

Este trabalho objetivou caracterizar a discussão sobre técnicas e tecnologias para agricultura familiar na REAF/MERCOSUL, bem como compreender seus condicionantes e implicações. É orientado pela compreensão que as técnicas e tecnologias utilizadas por uma sociedade são conformadas pelo modelo de desenvolvimento existente, bem como, ajudam a conformar as relações que se estabelecerão no futuro. Neste sentido, as técnicas são consideradas como conformadoras das relações sociais, porque mediam as relações entre seres humanos, assim como mediam as relações entre seres humanos e natureza. Utiliza-se como referencial teórico Schumpeter (1997), Veblen (1965), Dosi (1982) e North (1990) e Pinto (2005). A pesquisa foi realizada a partir de análise documental, e esta permite concluir que a temática tecnológica é periférica na agenda da REAF, frente a outras pautas como redistribuição de terras, gênero, sucessão rural, comércio, crédito e mudanças climáticas. A análise da posição de organizações participantes da REAF contribui na explicação da importância relativa concedida à temática, bem como das concepções adotadas. Ao não problematizar as relações entre técnica, tecnologia e modelo de desenvolvimento as organizações apresentam contribuição limitada para criação de um ambiente futuro mais favorável à inserção sócio econômica da agricultura familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar, desenvolvimento, tecnologias.

Alex Alexandre Mengel

alexandremengel@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Tramandai. Rio Grande do Sul. Brasil.

Vivien Diesel

viviendiesel@yahoo.com.br

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria, Rio Grande do Sul. Brasil.

¹ Esta pesquisa contou com auxílio de recursos do Edital 01/2016 do CNPq.

1 INTRODUÇÃO

Na discussão sobre desenvolvimento, as propostas das organizações podem ser diferenciadas quanto à sua posição em relação à duas questões morais que têm ocupado papel central a partir do último quarto do século XX: orientação à inclusão social e sustentabilidade na relação com a natureza. Na discussão do desenvolvimento da agricultura divergências nas posições com relação a estas questões morais têm constituído a base da distinção do “modelo do agronegócio” em relação ao “modelo da agricultura familiar”. Embora o “modelo do agronegócio” constitua a principal referência para as políticas públicas na América Latina, o “modelo da agricultura familiar” tende a ser considerado como o mais desejável sob a ótica da inclusão social e da sustentabilidade (FAO/IFAD, 2019).

Este trabalho destaca que a discussão sobre o modelo de desenvolvimento apresenta estreita ligação com a discussão a respeito das técnicas e tecnologias. A atenção à esta discussão se justifica porque a relação dos seres humanos com a natureza e entre si é mediada pelas técnicas utilizadas em um lugar, em dado período histórico, e porque estas condicionam o devir da sociedade. Assim, aqueles que buscam alguma transformação social necessitam prestar atenção às técnicas e tecnologias utilizadas na agricultura. É por esta razão que se questiona a prioridade concedida para tal discussão entre os atores que defendem um modelo de desenvolvimento onde a agricultura da região tenha como ator central a agricultura familiar.

Reconhecendo a relevância dos fóruns políticos criados no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), especialmente aqueles relativos à agricultura familiar, como a Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF), o presente trabalho objetiva caracterizar a discussão sobre técnicas e tecnologias para agricultura familiar na REAF/MERCOSUL, bem como compreender seus condicionantes e implicações. A REAF vem sendo reconhecida como um fórum importante na difusão e transferência de políticas públicas para a consolidação de modelos de desenvolvimento baseados na agricultura familiar na América Latina (SABOURIN; GRISA, 2018) e haveria de contemplar a discussão das técnicas e tecnologias à medida que a defesa de determinada direção para o desenvolvimento da sociedade precisa estar acompanhada por uma direção tecnológica coerente. Entretanto, a partir de North (1990) compreende-se que a importância relativa concedida a tal discussão está intimamente relacionada ao posicionamento das organizações que compõe a REAF.

O artigo foi construído, basicamente, a partir de análise documental, considerando as atas e as listas de presença da REAF disponíveis relativas ao período 2004/2019, bem como documentos das principais organizações que tratam da temática tecnológica no fórum, como será detalhado ao longo do texto. Para alcançar os objetivos propostos, considerando-se a inexistência de estudos prévios publicados sobre a temática tecnológica na REAF, a pesquisa foi conduzida a partir da seguinte construção: 1) estudo da estrutura organizacional e funcionamento da REAF; 2) estudo da inserção da discussão das técnicas e tecnologias na agricultura familiar na REAF; 3) identificação das principais organizações participantes da REAF, identificação daquelas que assumiram protagonismo na discussão das técnicas e tecnologias e caracterização da posição das organizações na discussão sobre técnicas e tecnologias.

O artigo está dividido em oito partes. Depois desta introdução, a seção 2 trata do referencial teórico, sendo abordada a relação entre organizações, técnicas e tecnologias e desenvolvimento. Na seção 3 apresenta-se a REAF e identificam-se os principais atores participantes da mesma. Já na seção 4 trata-se da inserção da discussão sobre técnica e tecnologia nas reuniões da REAF identificando seus protagonistas. Na seção 5 e 6 aborda-se como a discussão de técnicas e tecnologias aparece na trajetória do Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Agroalimentar e Agroindustrial do Cone Sul - PROCISUR e da Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado – COPROFAM. Na seção 7 discute-se a inserção da discussão da técnica e tecnologia na REAF, seus condicionantes e implicações à luz do referencial teórico adotado. Por último, na seção 8, apresentam-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: ORGANIZAÇÕES, TÉCNICAS E TECNOLOGIAS E DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento é definido aqui como um processo de mudança da sociedade no sentido de sua complexificação – acompanhado de mudança de significado dos recursos, atividades, profissões – a partir do estabelecimento de novas relações sócio produtivas geradas por inovações, sejam elas técnicas ou organizacionais. Neste processo, é transformada a maneira que os seres humanos se relacionam, bem como a maneira que se relacionam com a natureza. Uma mudança qualitativa, portanto, caracterizada pela transformação nas normas e regras existentes na sociedade em processo de mudança. Tal compreensão, por um lado é estruturada a partir da leitura de Schumpeter (1997) e Dosi (1982) e por outra de Veblen (1965) e North (1990).

Nesta perspectiva, as inovações - mudanças nos métodos produtivos, nos bens utilizados na produção, na maneira de organizar a produção e comercialização, nos mercados considerados e acessados, nas matérias primas acessadas - que configuram as mudanças na vida econômica - são consideradas fundamentais para a ativação e direcionamento do desenvolvimento. Isto porque modificam a maneira de produzir, de organizar a vida em determinada região ou até em determinado país (SHUMPETER, 1997). Tais mudanças transformam o próprio curso das relações sociais, promovem determinados atores, enquanto rebaixam outros².

As inovações remetem a um intrincado processo de mobilização de atores em torno a geração/disseminação/utilização de conhecimentos, técnicas e tecnologias, para possibilitar a desejada mudança em relação ao que era realizado no momento anterior. Desta maneira, tanto a natureza da técnica e da tecnologia quanto os atores responsáveis pela sua modificação e disseminação são essenciais para a transformação da sociedade. Nesse sentido, Pinto (2005) ressalta que a técnica é desenvolvida com um fim produtivo, com vistas a manter ou modificar a posição de seu promotor nas relações sociais, no ambiente ao qual ele está envolto, de acordo com os próprios objetivos de seu criador. Ou seja, é pensada a

² Aqui as ações econômicas são consideradas ações sociais, pois são relações que o ator realiza esperando determinado comportamento do interlocutor (WEBER, 2009). Neste sentido a economia é enraizada na sociedade, sendo os mercados, por um lado, influenciados pelos costumes, hábitos e comportamentos e por outro lado formador reforçador e/ou modificador dos mesmos (POLANYI, 2012).

partir da compreensão do lugar ocupado pelo ator (LONG, 2004). Já a tecnologia pode ser considerada a expressão do estudo da técnica. A tecnologia é concebida a partir do estudo minucioso da técnica que precisa desempenhar (PINTO, 2005). Como pondera Dosi(1982), o estudo da técnica deve ser considerado de forma ampla, não se deve restringir à processos mecânicos, da mesma forma, poupar energia não diz respeito somente à energia mecânica. Este autor (1982) trata tecnologias como um conjunto de conhecimentos articulados, práticos e teóricos; um saber fazer; que envolve métodos, procedimentos, bem como dispositivos e equipamentos.

Desta forma, todo o indivíduo detém, potencialmente, a capacidade de refletir sobre sua ação e modificá-la, desenvolvendo novos métodos, sejam eles por novas técnicas ou tecnologias. Nesta perspectiva, diferentemente dos animais irracionais, os seres humanos produzem a própria existência, sendo a técnica o meio para esta produção. O mesmo aplica-se ao tratar de uma categoria, considerando-a capaz de gerar e modificar as técnicas e tecnologias que utiliza, ou de definir os rumos da transformação técnica das atividades sócio produtivas das quais faz parte. Assim, entende-se que a categoria pode produzir ou modificar sua própria relação com a natureza, que pode produzir seu lugar histórico como ser humano e que este lugar não é definido por outras categorias, ou seja, considera-se que este sujeito pode definir seu próprio lugar nas relações sociais das quais faz parte. Por outro lado, pode-se questionar se uma categoria social se compreende como capaz de refletir sobre sua relação com a natureza, por meio das técnicas que utiliza, ou se abre mão de tal papel, atribuindo a outra tal capacidade.

Pensar a respeito das técnicas e tecnologias utilizadas em determinada atividade sócio produtiva é pensar a respeito da relação que as categorias envolvidas em tais atividades estabelecem entre si e com a natureza e a totalidade da sociedade. Da mesma forma, tratar da modificação de uma atividade ou da inserção de uma categoria social na mesma, implica em modificar as técnicas e tecnologias utilizadas por ela em suas relações sócio produtivas. Isto porque tal processo implica em modificar suas formas de trabalho, suas formas de organização e a transformação nos modos de pensar das pessoas, o que é considerado muito desafiador pois é necessário interpretar o mundo de novas maneiras, até então desconsideradas.

Segundo a perspectiva de North (1990) as pessoas, durante toda sua vida, são preparadas para compreender a sociedade de determinada maneira, por meio do aprendizado das normas e regras existentes. Tais normas e regras, formais e informais, existem para estruturar as relações sociais, dar tranquilidade a ação dos diferentes atores, tornando as relações previsíveis e, portanto, evitando qualquer mudança na maneira de organizar a vida, as relações sócio produtivas, e a posição de cada ator nas relações (NORTH, 1990). Já o processo inovativo exige que as pessoas passem a pensar e a agir de maneira diversa àquilo que toda a sociedade, por meio de suas organizações, as prepara para fazer. O processo inovativo, então, exige uma transformação nas próprias estruturas sociais existentes, exige que as pessoas aprendam de maneira diferente do que comumente se ensinava, que reinterpretem significados, que obtenham algumas capacidades em detrimento de outras. Exige que os grupos ou categorias sociais propositoras da mudança assumam papéis diferentes daquele em que a sociedade compreende como sendo seu papel.

Tal esforço, portanto, não ocorre de maneira voluntarista, individual, porque desta forma não se alcança abrangência espacial e temporal suficiente para a transformação. A revisão aponta que o esforço necessário é tão intenso que organizações são criadas com o objetivo de implantar as mudanças no sentido proposto por seus promotores. Desta maneira, para North (1990) as organizações³ são os catalizadores da transformação institucional: Organizations are created with purposive intent in consequence of the opportunity set resulting from the existing set of constraints [...] and in the course of attempts to accomplish their objectives are a major agent of institutional change (NORTH, 1990, p.5). Segundo esta perspectiva as organizações são os atores, os agentes da mudança, visto que quando elas buscam seus objetivos acabam por mudar, algumas vezes, o próprio quadro institucional.

Assim, organizações são criadas para fortalecer um determinado direcionamento do desenvolvimento, ou para transformá-lo; dentre elas encontram-se, inclusive, as organizações identificadas com a geração de conhecimentos, destinadas especialmente à criação de novos significados a respeito da natureza e sociedade, à criação de técnicas e tecnologias.⁴ Nesse sentido, é fundamental compreender os objetivos motivadores da criação de uma organização para entender o sentido de sua ação, bem como os limites para transformar sua trajetória.

Por fim, considerar desenvolvimento como um processo de transformação no sentido da complexificação da sociedade não significa pressupor que tal processo seja positivo. Tal constatação torna-se evidente quando se considera que seu direcionamento sempre é alvo de disputas, que organizações são criadas para fazer com que tal processo ocorra em uma direção ou outra, de forma a beneficiar determinados grupos ou outros; que considere determinado elementos ou outros. O reconhecimento de que a transformação da sociedade é objeto de disputas e que os grupos mais bem posicionados – ou com maior capacidade de barganha – têm maiores condições de direcionar a mudança por meio de suas organizações, proposto por North (1990), facilita a constatação que inexistente transformação positiva ou negativa.⁵

É por esta razão que se questiona a inserção da discussão a respeito das técnicas e tecnologias na REAF, por compreender que as mesmas se relacionam às lutas por melhor posicionamento de determinadas categorias. Portanto, quando se trata da posição de uma categoria social a partir de suas relações sócio produtivas, ao considerar-se que tais relações são mediadas pelas técnicas e tecnologias utilizadas percebe-se que a discussão a respeito das mesmas se torna fundamental. Desta forma, compreende-se que caso a agricultura familiar reivindique uma posição social diferente da atualmente existente, é necessário que proponha a mudança nas relações sócio produtivas da sociedade onde está inserida, de maneira a melhor contemplar seus objetivos, o que exige técnicas e tecnologias criadas a partir de seus interesses.

³ Cabe destacar que o conceito de organizações para North (1990) tem o mesmo sentido que o conceito de instituições para Weber (2009).

⁴ Ver Sá Motta (2014) ou Mengel (2015).

⁵ Para maiores detalhes, ver Moraes (2004).

3 A REAF E ORGANIZAÇÕES NA PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MERCOSUL

A REAF foi criada pela Resolução 11/04 do GMC/MERCOSUL e as motivações referidas no texto para a sua criação são “A conveniência de estabelecer um fórum destinado ao fortalecimento das políticas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar no âmbito do MERCOSUL.” No Artigo 1 desta resolução a redação é mais específica e incisiva ao afirmar que a REAF visa “[...] fortalecer as políticas públicas para o setor, promover o comércio dos produtos da agricultura familiar e facilitar a comercialização dos produtos da agricultura familiar na região.” Há uma dupla intencionalidade em sua criação, portanto. Por um lado, objetiva operar na institucionalidade dos mercados e, por outro, abre espaço para incidência em outras políticas públicas, ambos os papéis ligados ao objetivo maior de fortalecer a agricultura familiar na região.⁶

A análise do documento MERCOSUL/REAF (2019) evidencia que para a obtenção de ambos os objetivos, o fórum utilizou da estratégia de visibilizar atores, atividades produtivas e produtos até então desconsiderados nos fóruns do MERCOSUL. É evidente no documento, também, que a REAF buscou colocar em contato direto as organizações de agricultores com governos do bloco para que as necessidades e condições dos “pequenos agricultores” fossem consideradas nas negociações internacionais. Por outro lado, a estratégia da REAF, em um período onde as negociações internacionais não evoluíam favoravelmente, centrou-se em apoiar/promover/visibilizar políticas de comercialização inclusivas para os agricultores familiares nos mercados nacionais ou dentro do bloco regional, destacando sua especificidade frente à agricultura patronal existente nos países do bloco.⁷

Por outro lado, não se pode reduzir a incidência da REAF à intervenção no âmbito dos mercados. Desde suas origens os atores componentes do fórum acordaram em conceder atenção à agenda das organizações de representação da agricultura familiar, contemplando-a a partir de recomendações aos governos para implementação de propostas de políticas públicas específicas. Assim, na REAF foram tratados problemas históricos da agricultura familiar como facilitação do comércio, o acesso à terra, garantia de seguros frente aos riscos de produção, desigualdade de gênero e inserção da juventude (NIEDERLE, 2016). Esta ampla agenda foi abordada, basicamente, a partir da criação de Grupos Temáticos (GTs)⁸ específicos, tendo se consagrado os seguintes GTs: Facilitação do comércio; Acesso à terra e Reforma Agrária; Equidade de gênero; Juventude rural; Mudança Climática e Gestão do Risco e Registros nacionais da agricultura familiar.

⁶ No documento MERCOSUL/REAF (2019), que recompõe a trajetória da REAF nos seus 15 anos de existência, reafirma-se o papel deste fórum no âmbito do bloco econômico, por um lado tratando da ampliação de oportunidades comerciais, e por outro, da geração de novas oportunidades de investimento: *La facilitación de comercio es un objetivo fundamental de la REAF y es, desde su creación en 1991, también objetivo del MERCOSUL el propiciar un espacio común que genere oportunidades comerciales y de inversiones a través de la integración competitiva de las economías nacionales al mercado internacional.*

⁷ Desta maneira, quinze anos após a criação da REAF, seus atores subscreveram um documento que reafirma a intencionalidade específica inicial do fórum, ou seja, a inclusão das questões comerciais da agricultura familiar nos acordos do bloco e o fortalecimento dos mercados dos diferentes países por meio da promoção da inclusão produtiva/comercial da agricultura familiar, considerada ator local sensível à abertura econômica internacional.

⁸ Os GTs foram, posteriormente, denominados de Comissões. No presente trabalho optou-se por manter a denominação original.

Na resolução de criação da REAF definiram-se, também, alguns princípios orientadores de seu funcionamento. Neste sentido, convém reconhecer que a participação social foi considerada como um de seus princípios fundantes, prevendo-se que dela participariam, basicamente, representantes do governo e da sociedade civil, podendo contar com assessoramento de organizações regionais. A princípio a própria REAF poderia ser considerada uma organização no sentido definido por North (1990). Entretanto a análise dos documentos não nos permite defini-la desta maneira, tendo em vista a multiplicidade de interesses existentes, até mesmo conflitantes, e a baixa organicidade do fórum, tornando muito difícil a afirmação de que existe ação comum entre os participantes. Assim, para compreender a inserção da discussão sobre técnica e tecnologia na REAF torna-se necessário considerar a posição das organizações que a compõe.

Neste trabalho buscou-se identificar as organizações participantes de todas as reuniões da REAF, desde sua criação (em 2004) até 2019. Os registros apontam que neste período ocorreram 31 reuniões mas, infelizmente, por limitações relacionadas a disponibilidade e características dos documentos disponibilizados, para fins de análise da participação foram analisadas somente dezoito reuniões.⁹ Nas dezoito reuniões analisadas participaram representantes de 288 organizações, sendo elas Ministérios e demais organizações de governo, organizações de representação de agricultores, movimentos sociais, organizações de cooperação internacional, Organizações Não-Governamentais (ONG's) e cooperativas de agricultores.

Tendo em vista a participação de uma significativa diversidade de organizações, recorreu-se à estratégias complementares para avaliação de seu protagonismo na REAF. Para tanto, buscou-se identificar a possibilidade de traçar o perfil dos participantes quanto a frequência de participação nas reuniões. O resultado deste trabalho é compilado na Tabela 1.

⁹ Cabe destacar a baixa organicidade dos documentos da REAF, pois das 31 reuniões, havia lista de participantes disponível em seu sítio eletrônico de, somente, 24 delas. Não há lista de participação das reuniões I, II, XIV, XVI, XIX, XXIII, XXV e XXX. Ademais, as reuniões XXI, XXII, XXVII, XXVIII e XXIX não especificam a participação da sociedade civil por organização, desta maneira, nos participantes que não são de governos, ao invés de aparecer a denominação da organização aparece só a especificação "Organização da Agricultura Familiar". Assim, para fim de análise, consideramos somente os dados de 18 REAF's.

Tabela 1 - Frequência de participação de organizações por REAF (número de participações por organização)¹⁰

Número de reuniões	Nº de Organizações	Nº Organizações acumulada	Proporção da participação por classe (em %)	Proporção da participação por classe acumulada (em %)
1 a 2	222	222	77,08	77,08
3 a 4	19	241	6,6	83,68
5 a 6	13	254	4,51	88,19
7 a 8	4	258	1,39	89,58
9 a 10	6	264	2,08	91,67
11 a 12	10	274	3,47	95,14
13 a 14	3	277	1,04	96,18
15 a 16	6	283	2,08	98,26
17 a 18	5	288	1,74	100

Fonte: elaboração dos autores.

A Tabela 1 aponta que é possível diferenciar organizações quanto a frequência de participação nas reuniões, pois há grande variabilidade neste sentido, ademais, torna-se evidente que poucas organizações têm participação continuada. Apesar do grande volume de organizações participantes, 77% delas participaram de até duas reuniões e praticamente 84% participaram de até 4 reuniões. Por outro lado, somente 10,8% das organizações participantes tiveram presentes em mais da metade das reuniões. A partir da Tabela 1 é possível inferir que somente cerca de 10% das organizações tem alguma possibilidade de influenciar as discussões da REAF, pois é improvável que uma organização ausente na maioria das reuniões conheça a dinâmica de funcionamento da reunião, as pautas em discussão e até mesmo, que tenha familiaridade com os participantes.¹¹

Tendo em vista uma participação efetiva relativamente restrita, frente às 288 organizações presentes em alguma reunião fórum, é possível identificar quais organizações efetivamente estiveram presentes no conjunto de reuniões da REAF. Foram 31 organizações que participaram de mais de 50% das reuniões, conforme a Tabela 2.

¹⁰ A distribuição de frequência de participação foi organizada em 9 classes, conforme a Fórmula de Sturges, assim o número de classes (K) foi obtido a partir da fórmula $K = 1 + 3,32 \times \log(n)$, sendo (n) o número total de observações (organizações participantes). A amplitude da classe (i) foi obtida pela fórmula $i = a_t/k$, sendo (a_t) a amplitude total da amostra.

¹¹ Por outro lado, constatou-se a tendência à incorporação de especialistas na discussão de temáticas específicas. Neste caso haveria possibilidade de verificar-se grau de influência desproporcional à frequência de participação nas reuniões.

Tabela 2 Organizações que participaram de mais da metade das reuniões da REAF

Organização	País	Nº Participações
FIDA MERCOSUL	Org. Internacional	18
MGAP	Gov. Uruguai	17
MUNECH	Org. Representação Chile	17
MDA	Gov. Brasil	17
MAGyP	Gov. Argentina	16
MAG	Gov. Paraguai	16
CAMPOCOOP	Cooperativa Chile	16
CONTAG	Org. Representação Brasil	16
CNFR	Org. Representação Uruguai	15
AMRU	Org. Representação Uruguai	15
União Agrícola Nacional	Org. Representação Paraguai	15
Voz del Campo	Org. Representação Chile	14
FETRAF	Org. Representação Brasil	14
FAO	Org. Internacional	13
INCRA	Gov. Brasil	12
MNTR-NE	Org. Representação Brasil	12
UFRGS	Ensino e Pesquisa Brasil	12
Red de Mujeres Rurales	Org. Representação Uruguai	11
INC	Gov. Uruguai	11
Organizacion Nacional Camponesa	Org. Representação Paraguai	11
INDERT	Gov. Paraguai	11
CAPACOOOP	Cooperativa Paraguai	11
FIDA	Org. Internacional	11
FONAF	Org. Representação Argentina	11
Federación Agraria Argentina	Org. Representação Argentina	11
Asociación de Colonos del Uruguay	Org. Representação Uruguai	10
CIOEC	Org. Representação Bolívia	9
CNS	Org. Representação Brasil	9
MIQCB	Org. Representação Brasil	9
INDAP	Gov. Chile	9
IICA	Org. Internacional	9
AUPC	Org. Representação Uruguai	9

Fonte: elaboração dos autores.

Chama a atenção que dentre as 31 organizações com participação em mais da metade das REAF's, 16 delas sejam organizações de representação dos agricultores, configurando-se a almejada participação da sociedade civil neste fórum.

Como demonstrado na Tabela 2, as organizações internacionais com participação em mais de 50% das reuniões foram o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) MERCOSUL, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ ONU), FIDA Internacional, e Instituto Interamericano para o Desenvolvimento da Agricultura (IICA/ OEA). Na prática, foram três organizações internacionais, pois o FIDA MERCOSUL e FIDA Internacional são a mesma organização, com níveis hierárquicos diferentes. As três organizações são voltadas ao desenvolvimento da agricultura e têm ampla

experiência em projetos de desenvolvimento. Para compreender a importância destas organizações é necessário considerar que a REAF contou com recursos do FIDA no período 2004/2011 e depois foi financiada com contribuições dos governos, mas gerenciada pela FAO.

Já as organizações governamentais com mais de 50% de participação foram o Ministério de Agricultura, Ganadería y Pesca (MAGyP) da Argentina; o Ministério do Desenvolvimento do Desenvolvimento Agropecuário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Brasil; o Instituto de Desarrollo Agropecuário (INDAP) do Chile; o Ministério de Agricultura e Ganadería (MAG) e o Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra (INDERT) do Paraguai; o Ministério de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP) e o Instituto Nacional de Colonización (INC) do Uruguai. Todas estas organizações caracterizam-se como voltadas ao desenvolvimento da agricultura, sendo que no caso do Brasil (MDA), Chile (INDAP) e Paraguai (INDERT) a organização participante tem mandato relacionado a um público específico: agricultura familiar (Brasil e Paraguai) ou pequena agricultura (Chile).

Ao considerar-se as organizações de representação dos agricultores, agrupando-se os dados por país percebe-se que duas organizações são da Argentina, cinco do Brasil, duas do Chile, uma do Paraguai, cinco do Uruguai e uma da Bolívia. Por outro lado, percebe-se a valiosa contribuição de outra perspectiva para compreender a participação das organizações de representação dos agricultores. Ao cruzarem-se os dados das organizações participantes com a lista de organizações vinculadas a Confederación de Organizaciones de Productores Familiares del Mercosur Ampliado (COPROFAM), desnuda-se uma forte correlação, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Comparação entre organizações de representação com participação em mais da metade das reuniões da REAF e organizações componentes da COPROFAM.

Org. Sociedade Civil com + 50% participação	Organizações componentes da COPROFAM
MUCECH – Chile	MUNECH – Chile
CAMPOCOOP – Chile	
Confederación Voz del Campo – Chile	
CONTAG – Brasil	CONTAG – Brasil
CNFR – Uruguai	CNFR – Uruguai
AMRU – Uruguai	AMRU – Uruguai
UAN – Paraguai	UAN – Paraguai
FETRAF – Brasil)	
MNTR-NE – Brasil	
Red de Mujeres Rurales – Uruguai	
ONAC – Paraguai	ONAC – Paraguai
COPACOOOP – Paraguai	
FAA – Argentina	FAA – Argentina
	CCP – Peru
CIOEC – Bolívia	CIOEC – Bolívia
CNS – Brasil	
MIQCB – Brasil	
AUPC – Uruguai	

A Tabela 3 evidencia a relevância que as organizações componentes da COPROFAM conferem para a REAF. Das 16 organizações de representação que participaram em mais da metade das reuniões, oito são componentes da COPROFAM. Das nove organizações que fazem parte da Confederação, oito estão entre aquelas com participação em mais da metade das reuniões da REAF. Neste sentido, percebe-se que a COPROFAM é um interlocutor central para a compreensão de como ocorre a discussão sobre técnica e tecnologia na REAF, pois é o principal representante de agricultores entre os participantes.

Excluindo-se a COPROFAM, as organizações de representação com grande participação na REAF são organizações de representação de cooperativas de agricultores, no caso da Confederación Nacional de Federaciones de Cooperativas y Asociaciones Silvoagropecuarias (CAMPOCOOP) do Chile e Confederación Paraguaya de Cooperativas (COPACOO) do Paraguai; organizações de mulheres, no caso do Movimento Nacional das Trabalhadoras Rurais -NE (MNTR-NE) do Brasil, Red de Mujeres Rurales do Uruguai e Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) do Brasil; organizações de populações tradicionais no caso do Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS) do Brasil; organizações setoriais de agricultores no caso da Asociación Uruguaya de Productores de Cerdos (AUPC) do Uruguai; e uma organização de agricultores familiares - caso da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) do Brasil.

4 A TEMÁTICA TECNOLÓGICA NA REAF E SEUS PROPONENTES

Segundo o referencial teórico adotado, haveria uma expectativa de que a discussão sobre técnica e tecnologia alcançasse repercussão significativa na REAF. Tal expectativa se conformaria ao considerar a missão da REAF e as condições para alcançá-la. Como evidenciado anteriormente, a REAF é um fórum criado com o objetivo de modificar a institucionalidade dos mercados no MERCOSUL, promovendo a maior participação dos produtos da agricultura familiar nos mesmos, mas ocupa-se, também, do fortalecimento de políticas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar. Neste sentido, ao considerar as políticas de desenvolvimento da agricultura familiar deve-se reconhecer a preponderância da técnica para a manutenção ou transformação das relações dos seres humanos com a natureza, bem como, das relações entre seres humanos. Deste modo, a manutenção das mesmas técnicas e tecnologias garante a manutenção das relações comerciais e produtivas existentes, por outro lado, a problematização que antecede a transformação ou não da técnica pode significar a manutenção ou não de grupos sociais que desenvolvem atividades produtivas e comerciais frente à outros grupos. Nestas condições, a transformação da sociedade em direção à uma perspectiva ou outra de desenvolvimento tem estreita relação com a mudança tecnológica.

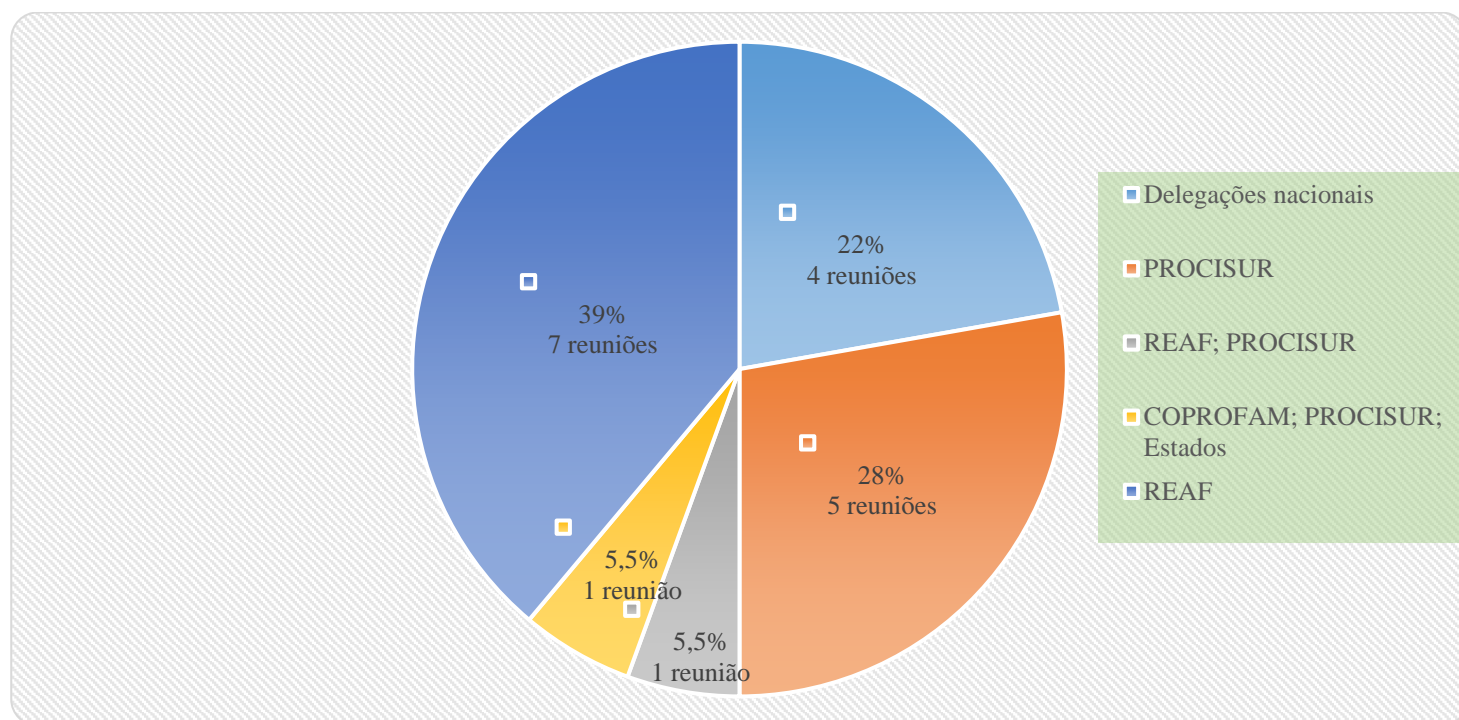
Neste contexto buscou-se caracterizar a inserção da discussão da técnica e tecnologia no âmbito da REAF e identificar os principais atores e organizações proponentes da mesma. Considerando-se as 25 reuniões com documentação disponível, identificamos que a temática tecnológica, esteve presente em 19

delas¹². A análise orientou-se a discriminar a frequência, o proponente e modalidade de inserção do tema na pauta, bem como o relato ou deliberação quanto ao encaminhamento gerado. Os resultados desta análise encontram-se sistematizados no Anexo I.

Para entender a natureza e diversidade dos encaminhamentos e proponentes é necessário considerar que a REAF apresenta uma estrutura organizacional complexa, na qual as delegações nacionais ganham destaque ao propor ou referendar temáticas que posteriormente virão a compor a agenda das reuniões internacionais, bem como ao apresentar subsídios às discussões. Ao mesmo tempo, cabe distinguir – nas reuniões internacionais – atividades preparatórias, momentos de discussões temáticas (realizadas predominantemente no âmbito dos GTs), de compartilhamento de estudos e experiências no âmbito coletivo (frequentemente sob o formato seminários) e de tomada de decisão. Ao considerar quais são os atores proponentes da discussão sobre temática tecnológica percebe-se (conforme ilustrado na Figura 1) que: 1) Em 7 reuniões a REAF delibera a partir da proposição de um GT (entende-se GT de Comércio ou GT de Mudanças Climáticas, onde o tema é tratado) encaminhamentos que se dirigem à todo o bloco, por exemplo a realização de um seminário ou da necessidade de políticas no sentido de promover determinado tipo de tecnologia; 2) Em 5 reuniões o tema é tratado a partir de proposições do PROCISUR; 3) Em 4 reuniões as delegações nacionais propuseram em conjunto ou deliberaram em conjunto sobre a temática, por exemplo, VIII REAF quando as delegações nacionais sugerem que a REAF promova a discussão a respeito de conhecimentos tradicionais; 4) Em uma reunião REAF e PROCISUR propõem a continuidade em um acordo que seria estabelecido para criação de uma plataforma de tecnologias apropriadas; 5) Em uma reunião (XVI REAF), COPROFAM e PROCISUR apresentam estudo que defende sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) educativo e participativo.

¹² A respeito da análise das atas, há de se destacar novamente que das 31 reuniões, há disponível tal documento de apenas 25. Desta forma a análise desconsidera as reuniões I, II, IV, V, XX e XXX.

Figura 1 - Ator proponente no tratamento da temática tecnológica por reunião



Fonte: elaboração dos autores.

Na análise da Figura 1, convém reconhecer que o exame dos documentos não permite perceber quais foram os atores proponentes centrais quando a discussão vem dos GT's, ou seja, registra-se no documento como proposição da REAF (39% das reuniões). Nos demais casos, a análise procura identificar os atores, considerando que os três principais atores da REAF são organizações internacionais, Estados membros e sociedade civil (com destaque para COPROFAM). Neste sentido identifica-se que as delegações nacionais figuram como proponente em 22% das reuniões em que foi discutida temática tecnológica; o PROCISUR (do grupo das organizações internacionais) é o ator proponente em 28% das reuniões¹³ e, por último, em 5,5% - equivalente a uma reunião - a proposição vem do PROCISUR/COPROFAM/ Estados e em outra reunião, a proposição vem do PROCISUR/ REAF.

Ao observar-se as modalidades de inserção do tema na pauta e encaminhamentos gerados (detalhados no Anexo I), identifica-se sua relação com a sistemática de trabalho da REAF, evidenciando-se a prática de consultar diversas instâncias políticas nos processos de definição de sua agenda e também de construir referências coletivas a partir de levantamentos e estudos comparativos sobre políticas e experiências nacionais. Assim, muitos dos encaminhamentos referem-se a proposição/consulta sobre oportunidade de inserção de um tema específico na agenda (de Reunião da REAF ou das Reuniões Nacionais); proposição de ações para desenvolvimento de referências conceituais e/ou normativas em torno de um tema específico considerado de especial relevância, indicativos

¹³ A organização que mais fez proposições no tratamento da temática foi o PROCISUR. É possível perceber que houve tratamento e proposições acerca da temática em 19 reuniões, sendo que destas, em oito reuniões o PROCISUR esteve presente e as proposições ou partiram dele ou ele foi um dos proponentes em conjunto com a COPROFAM, por exemplo.

quanto a apresentação de políticas e/ou experiências nacionais relevantes; e reconhecimento e apoio a iniciativas interinstitucionais.

Os encaminhamentos relacionados a sugestões de pauta para composição da agenda da REAF frequentemente estiveram relacionados unicamente a manifestações (de Delegações Nacionais ou da REAF) em relação à importância de determinado tema. Neste sentido, identificam-se manifestações de reconhecimento da relevância de tratar de temas relacionados à temática tecnológica como: “políticas de tecnologia” (por ocasião do levantamento de políticas nacionais orientadas à agricultura familiar); conhecimento tradicional sobre plantas medicinais; incorporação do enfoque da Agroecologia nas políticas nacionais; marcos legais para uso e manutenção de sementes nativas e crioulas e conhecimentos tradicionais; boas práticas no contexto da mudança climática; desenvolvimento tecnológico sustentável, competitivo e inclusivo; geração e acesso à tecnologias apropriadas e apropriáveis; assistência técnica e extensão rural, assistência técnica e extensão rural com perspectiva de gênero, entre outros. Embora o conjunto de temas considerados relevantes seja bastante diverso, observou-se frequentemente descontinuidade no tratamento de um dado aos mesmos, de modo que a maioria dos encaminhamentos gerados não foram efetivos para nem para a mudança da pauta da REAF, nem para os países componentes do bloco.

Ademais, observa-se que quando temáticas emergentes foram consideradas de particular relevância, motivaram a criação de um GT específico para tratá-la. Este foi o caso do tema “mudança climática” que passou a compor o GT “Gestão de risco e mudança climática” (conferir). Neste caso os encaminhamentos gerados a partir da constituição deste GT referem-se, basicamente, a um esforço para criação de referências para o enfrentamento das mudanças climáticas e divulgação destas para agricultores familiares (mediante manual de “boas práticas”).

O tema da “geração e acesso à tecnologias apropriadas e apropriáveis” apresentou uma trajetória singular no âmbito da REAF. Embora fosse recomendado que a matriz de políticas nacionais para agricultura familiar mencionasse aquelas relativas à tecnologia, somente um país as discriminou (Paraguai) por ocasião da X REAF. Então, no período inicial, a inserção da temática tecnológica quase limitou-se às participações do PROCISUR (que fez exposições e proposições recorrentes de colaboração em torno do tema desde a VI REAF). Na trajetória posterior de abordagem da temática destacamos a apresentação da experiência do Centro de Investigación y Desarrollo Tecnológico para la Pequeña Agricultura Familiar (CIPAF), na XIII REAF, a qual parece ter “despertado” para a potencialidade desta (GOULET, 2020), levando a continuidade do tratamento da temática tecnológica nas reuniões seguintes e adoção de posicionamentos políticos mais incisivos por parte das delegações. No evento seguinte relacionado à temática, realizado na XVI REAF, os avanços na discussão relacionaram-se a apresentação de políticas nacionais (da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) de assistência técnica. Este mesmo tipo de abordagem foi observado na XVII REAF quando, no Seminario de Asistencia Técnica y Extension Rural (ATER) as delegações da Argentina, Brasil, Chile e Paraguai fizeram exposição sobre suas políticas públicas e a coordenação do Programa Regional de Género da Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID) expos os avanços alcançados na concepção de uma ATER com perspectiva de gênero.

Posicionamentos políticos mais incisivos foram observados a partir da XIX REAF, quando as delegações, a partir de uma proposição oriunda do GT de Facilitação do Comércio, decidiram pela criação do Programa de cooperación y intercambio de experiencias de políticas públicas para el desarrollo y acceso a tecnología. A formalização desta declaração de intenções ocorreu na XXI REAF (jun. 2014) quando se apresentou a Declaración sobre Políticas Públicas de Acceso a Tecnologías Apropriadas para la Agricultura Familiar y Campesina, referendada por ministros e autoridades. Por esta declaração manifestou-se a intenção da REAF de “[...] formular y desarrollar un programa regional de intercambio entre REAF y los institutos e instituciones de investigación y extensión agropecuária con la coordinación del PROCISUR.”¹⁴ A partir desta decisão política foram realizados três eventos sobre a temática tecnológica e proposta uma “Recomendação”. O primeiro destes foi um Seminário realizado entre a XXII e XXIII REAF, em Montevideo, Uruguai. Este foi intitulado Seminario Regional de Intercambio de Experiencias en Generación, Desarrollo y Acceso a Tecnologías Apropriadas, Asistencia Técnica y Extensión Rural para la Agricultura Familiar (ATER) e tratou, basicamente, de apresentação de experiências de ATER de uma diversidade significativa de atores (estatais, da sociedade civil e privados). Seguiu-se um evento realizado na XXIV REAF em Assunção (Paraguai), o qual concedeu maior ênfase à pesquisa, sendo organizado de forma a divulgar as linhas de trabalho das organizações de pesquisa atuantes no MERCOSUL, bem como a oferta tecnológica para a agricultura familiar. Posteriormente, foi realizada uma oficina de ATER na XXV REAF. Com estas ações criaram-se as condições políticas para apresentação – na XXVI REAF – de um projeto de recomendação relativa à importância e orientação da política nacional de ATER, que deu origem a Recomendação MERCOSUL/CMC n. 05/17. Esta recomendação de política se fez considerando:

Que as políticas públicas de assistência técnica e extensão rural (ATER) são fatores e ferramentas-chave, tanto para o acesso aos recursos produtivos pela agricultura familiar, como para o emprego produtivo, de forma a facilitar a plena inclusão do setor no processos de desenvolvimento econômico e social a nível local e, portanto, são uma parte essencial de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável.

Apesar das iniciativas mencionadas, ao avaliar a atuação das diferentes categorias de atores participantes da REAF constata-se que estas não consideraram prioritário discutir e deliberar sobre técnicas e tecnologias para a agricultura familiar. Observa-se que as organizações governamentais, propuseram deliberações no sentido de promover a discussão temática, mas não as sustentaram no tempo e, deste modo, o tratamento da temática foi frequentemente interrompida.¹⁵ Do mesmo modo, trataram da temática tecnológica apresentando contribuições pontuais para conhecimento das políticas e ações em curso, mas não defenderam, ao longo de sua participação, uma perspectiva própria específica a respeito da mesma e nem buscaram construir conjuntamente uma perspectiva consensual no âmbito da REAF. Assim, a descontinuidade na abordagem da temática, a limitada mobilização para apoio e

¹⁴ Nesta mesma REAF (XXI) a sociedade civil também se manifestou através de uma Declaração das Organizações Sociais” na qual inclui-se, como ponto 5, o reconhecimento da importância da garantia da assistência técnica apropriada, permanente, equitativa e participativa para a AF.

¹⁵ Possivelmente certos participantes que representam governos como os institutos nacionais de pesquisa conferem maior prioridade à esta questão, mas estas organizações, inclusive, não têm participação constante na REAF, como visualizado.

encaminhamento das propostas do PROCISUR relativas à temática e a opção por priorizar uma Recomendação relativa a ATER evidenciam que a disposição política para o questionamento do direcionamento das técnicas e tecnologias na agricultura foi limitada.

A Sociedade Civil também reconheceu a relevância e apresentou contribuições na discussão sobre técnica e tecnologia, mas de maneira bastante fragmentada e pouco evidenciada nos registros existentes.¹⁶ Entretanto, o posicionamento da COPROFAM, dada sua representatividade na participação da sociedade civil, bem como, a importância da temática para a consolidação de modelos de agricultura mais inclusivos, merece ser investigado com maior atenção.

Ao tratar-se do envolvimento das organizações de cooperação internacional com a temática tecnológica, pela análise dos encaminhamentos, revela-se que a REAF foi chamada a participar ou apoiar iniciativas interinstitucionais diversas, relacionadas à temática tecnológica, ressaltando-se as gerenciadas pelo PROCISUR, FIDA MERCOSUL-CLAEH, Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL, CAS e IICA. Dentre as organizações de cooperação internacional mais próximas à REAF, destaca-se o baixo protagonismo de FIDA e FAO na discussão da temática tecnológica. Chama atenção que o PROCISUR (com vínculo com IICA) não está entre as organizações que participaram de no mínimo 50% das reuniões, mesmo assim, foi uma organização central na proposição da discussão sobre temática tecnológica. A participação do PROCISUR foi bastante incisiva no sentido propor o reconhecimento da existência de uma questão tecnológica na agricultura familiar. Esta organização levou para a REAF a noção de tecnologias apropriadas para a agricultura familiar e propôs a definição de uma agenda comum. Considerando-se seu protagonismo na discussão da técnica e tecnologia na REAF, o entendimento dos avanços alcançados no tratamento da temática na REAF requer estudo da posição desta organização a respeito da temática.

5 O PROCISUR ENQUANTO PROPONENTE DA DISCUSSÃO DA TÉCNICA E TECNOLOGIA NA REAF

Conforme North (1990), organizações são criadas para fortalecer um determinado direcionamento do desenvolvimento, ou para transformá-lo. Dentre elas encontram-se, inclusive, aquelas identificadas com a geração de conhecimentos, destinadas especialmente à criação de novos significados a respeito da natureza e sociedade, à criação de técnicas e tecnologias. Nesta categoria se enquadra o PROCISUR, que teve participação relevante como proponente da discussão da temática tecnológica na REAF. Para entender a posição e atuação desta organização junto à REAF convém considerar sua missão e agenda, mas também a forma particular como interpretava a problemática tecnológica na agricultura familiar.

O PROCISUR é uma organização criada em 1980 com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que se consolidou como Programa do IICA. Este programa prevê a cooperação entre as organizações governamentais de pesquisa dos países do Cone Sul, sob a missão de *Potenciar entre sus miembros*,

¹⁶ Na XVIII REAF, por exemplo, a sociedade civil gerou um documento que destaca a necessidade de marcos legais para uso e manutenção de sementes nativas e crioulas e dos conhecimentos tradicionais.

*la cooperación y articulación en investigación, desarrollo e innovación agroalimentario y agroindustrial para enfrentar desafíos de carácter estratégico para el Cono Sur.*¹⁷ Ao reunir organizações de pesquisa, poderia se considerar que as principais contribuições do PROCISUR se relacionam a avanços em Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T&I) em temáticas específicas. Entretanto, em PROCISUR (2019) percebe-se que a organização se propõe a exercer funções múltiplas, incluindo capacitação e apoio estratégico às instituições integrantes do Programa, atividades de articulação e intercâmbio, capacitação e formação, além do subsídio à construção de políticas. Esta diversidade de contribuições parece constituir uma resposta ao reconhecimento de que a colocação da Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T&I) a serviço do desenvolvimento requer uma atuação no âmbito político para construção da “vontade política” de colocar em curso mudanças propostas e, também, atuação nas instituições e nos territórios para assegurar que as pré-condições da mudança sejam alcançadas, neste sentido pode-se dizer que o PROCISUR propõe-se a ser um *think tank*¹⁸ do setor agropecuário da região.

Ao tratar da abordagem da temática tecnológica para a agricultura familiar no âmbito do PROCISUR convém partir da análise do Plano de Médio Prazo (PMP) 2001/2004 (cuja vigência se estendeu até 2006), este diferenciava uma agenda e propostas específicas para o trabalho com “pequena empresa agropecuária e agroindustrial”. Outro documento relevante para fins desta análise intitula-se “Plataforma Tecnológica Regional sobre Agricultura Familiar” (PTRAF), e foi elaborado em 2004. O ano de 2004 é o marco para este estudo, pois a partir dele o PROCISUR passou a considerar a agricultura familiar como uma de suas “linhas estratégicas” e o documento PTRAF é particularmente relevante porque a caracterização da problemática da C&T&I para agricultura familiar nele apresentada foi reproduzida nos PMP 2007/2010 e 2011/2014 e em outros documentos institucionais publicados posteriormente. Tais constatações levam a considerar que a interpretação e agenda constante no documento PTRAF permaneceu como referência para o tratamento do tema da C&T&I para agricultura familiar no PROCISUR por, no mínimo, 10 anos.

O documento PTRAF estabelece um conceito de agricultura familiar, caracteriza sua realidade, os desafios da C&T&I no trabalho com este segmento social, bem como propõe uma agenda de investigação que, em certa medida, foi reproduzida em documentos posteriores (ALBIN, 2010; RAMILO, 2010). Em tal conceituação, a agricultura familiar é apresentada como “um tipo [específico] de produção”.¹⁹ Ao caracterizar a problemática do desenvolvimento na agricultura familiar, coloca-se que embora os agricultores familiares tenham uma participação relevante na produção de alimentos e manejem parte importante dos recursos

¹⁷ Missão constante página web <http://www.procisur.org.uy/institucion/es>, acesso em 06/09/2020.

¹⁸ *Think Tanks* são instituições de pesquisa, análise e engajamento em políticas públicas. Além de gerarem pesquisas e análises politicamente orientadas, buscam sensibilizar a sociedade e os tomadores de decisão quanto a temas de seu interesse. São, portanto, mais do que “*Think Tanks*”; caracterizam-se na prática como “*Think-and-Do Tanks*”. (ISAPE, 2012, p. 1).

¹⁹ Em PROCISUR (2004, p.1) define-se: *La agricultura familiar es un tipo de producción donde la unidad doméstica y la unidad productiva están físicamente integradas, la agricultura es la principal ocupación y fuente de ingresos del grupo familiar, la familia aporta la fracción predominante de la fuerza de trabajo utilizada en la explotación y la producción se dirige al autoconsumo y mercado conjuntamente.*

naturais, vivem majoritariamente em condição de pobreza. Identifica-se, ainda, relação íntima entre pobreza e condições de produção.²⁰

Uma resposta do PROCISUR ao problema da pobreza da agricultura familiar seria, por um lado, a proposta de utilização de “tecnologias apropriadas” para que a agricultura familiar consiga produzir seus produtos mantendo a diferenciação dos mesmos em relação aos demais produtos agrícolas, e assim consiga a ampliação de seu acesso aos mercados, possibilitando maiores retornos econômicos à suas atividades produtivas. Por outro lado, referenda estratégias relacionadas a utilização de recursos locais para diminuir a dependência de recursos externos e manter a diferenciação dos produtos desta agricultura. Neste sentido, o PROCISUR reconheceu, por exemplo, a conveniência de valorizar o patrimônio genético existente na agricultura familiar e os conhecimentos locais relacionados.

Para entender a aproximação do PROCISUR à REAF é necessário reconhecer que a partir da criação da Plataforma Tecnológica Regional em Agricultura Familiar, em 2004, sua missão institucional passou a relacionar-se com a promoção de inovações, o que requer a aproximação aos atores deste campo. Neste cenário a REAF representava um espaço privilegiado na medida em que se propunha a perseguir a construção de uma abordagem regional para as políticas públicas para agricultura familiar, reunia representantes de governos e sociedade civil e tinha sua legitimidade institucional reconhecida.²¹ Tais circunstâncias favoreceram a aproximação entre PROCISUR – REAF, especialmente a partir de 2006.

Entende-se que estas motivações explicam as recorrentes participações do PROCISUR na REAF, seja para expor projetos ou para proposição de trabalhos conjuntos. Neste sentido, a organização sugere, na XI reunião, que a REAF tenha um espaço permanente para identificar temas de interesse em matéria de tecnologias apropriadas para a agricultura familiar. Já na XII REAF sugere a criação de uma plataforma colaborativa de tecnologias apropriadas para a agricultura familiar onde sejam relacionados conhecimentos dos agricultores e conhecimentos científicos. Já na XXIV REAF, propõe - em conjunto com a REAF - um marco de cooperação. Neste marco de cooperação os temas prioritários seriam:

- a.1. Sistema de investigación e innovación para la agricultura familiar, institucionalidad, actores y políticas públicas específicas para la sustentabilidad de la agricultura familiar con enfoque territorial e inclusión social.

²⁰ Em PROCISUR (2004, p.2, grifo nosso) consta: “Las condiciones sociales y económicas las cuales se desarrolla la AF en los países integrantes traen como consecuencia la **pérdida de capacidades productivas de este tipo de unidades, hasta un punto en que dejan de producir y sus miembros se transforman en pobres rurales** o pasan a engrosar los cordones periurbanos de marginalidad y pobreza.

²¹ No relatório anual do PROCISUR de 2007 consta: “Durante la última reunión del CAS realizada en Asunción, en diciembre de 2007, los Ministros de Agricultura del Cono Sur reconocieron a la REAF como el órgano de apoyo regional para la definición de políticas públicas para la AF.

Por tal motivo y con el propósito de retomar la vinculación iniciada con la REAF durante 2006, se llevó a cabo una reunión entre el Referente Regional de la PTR, la Secretaría Ejecutiva y el Coordinador Nacional de Uruguay en la REAF para identificar actividades realizadas en el año y principales logros puntos de encuentro entre los aspectos tecnológicos y políticos que permitan una agenda compartida regional.” (PROCISUR, 2007, p.36-37)

b.1. Tecnologías apropiadas para la agricultura familiar, con énfasis en maquinaria y equipamiento.

b.2. Recursos genéticos y acceso a los mismos para la agricultura familiar, valorizando los recursos nativos y la agrobiodiversidad y recuperando los saberes locales.

c.1. Esquemas de producción, abastecimiento y comercialización para la agricultura familiar.

c.2. Buenas prácticas y sistemas de producción para la adaptación de la agricultura familiar al cambio climático. (Anexo 5, XXIV REAF)

O exame dos termos da agenda definida neste marco de cooperação revela o reconhecimento da necessidade de mudanças institucionais na pesquisa para geração de tecnologias apropriadas à agricultura familiar e a incorporação de demandas emergentes na REAF. A comparação entre os diversos documentos relacionados a temática tecnológica na agricultura familiar permite identificar a evolução do tratamento da temática.²² Esta análise está sintetizada no Anexo II, que evidencia a continuidade, interrupção ou transformação de uma abordagem da temática tecnológica na agricultura familiar.

Embora os avanços formais na relação PROCISUR-REAF tenham sido limitados (o convenio proposto na XXIV REAF não foi aprovado), percebe-se que este ator teve grande influência na abordagem de tal temática, pois é ele que propõe que a mesma seja abordada a partir da perspectiva das tecnologias apropriadas, uma noção de uso recorrente nos documentos da REAF.

6 A COPROFAM ENQUANTO PROPONENTE DA DISCUSSÃO DA TÉCNICA E TECNOLOGIA NA REAF

Conforme a revisão teórica realizada, considera-se que as categorias sociais podem refletir, produzir ou modificar sua própria relação com a natureza, produzindo seu lugar como ser humano e que este lugar, caso a categoria consiga se enxergar como sujeito histórico, não será definido por outras, ou seja, considera-se que uma categoria, como sujeito histórico, pode definir seu próprio lugar nas relações sociais das quais faz parte. Nesse sentido, pode-se questionar se uma categoria social se compreende como capaz de refletir sobre sua relação com a natureza, por meio das técnicas que utiliza, ou se abre mão de tal papel, atribuindo a outra tal capacidade. Tais pressupostos levam a analisar com atenção a posição da COPROFAM na discussão da técnica e tecnologia no âmbito da REAF.

Em seu sítio eletrônico, a COPROFAM apresenta seus objetivos:

[...] representar los intereses de las organizaciones asociadas, de los agricultores familiares, campesinos e indígenas de los países del Mercosur ampliado; desarrollar, organizar y apoyar las acciones que generen mejores condiciones de vida y de trabajo en el medio rural; participar en la elaboración e implementación de proyectos de desarrollo rural sostenible para los países de las organizaciones asociadas y, particularmente, fortalecer la capacidad de intervención de la organización y sus asociadas en

²² A análise tomou por base os Planos de Medio Prazo (PMP) de 2001/2004, PMP 2007/2010, PMP 2011/2014, PMP 2015/2018 e PMP 2019/2022. A análise se restringiu a parte do documento onde se abordou especificamente a orientação relativa à temática “agricultura familiar”.

los procesos de diálogo con los gobiernos a través de la participación, con capacidad de análisis y propuestas, claridad en las definiciones y estrategia política de información. También, capacitar a agricultores familiares, campesinos e indígenas para intervenir en los procesos de negociación del Mercosur ampliado y de los países miembros.²³

Para entender a posição da COPROFAM em relação a discussão sobre técnicas e tecnologias analisou-se as declarações da organização, no decorrer de sua existência (ANEXO III).²⁴ Na análise das declarações percebe-se, inicialmente, a relevância e o significado que é dado pela confederação à REAF. Assim, destacam-se a Carta de Santiago, de 1º de setembro de 2006, na qual a COPROFAM defende a REAF como um espaço para pactuar políticas de desenvolvimento rural para o MERCOSUL, bem como a Declaração de Paysandu, de 23 de novembro de 2007, que defende a REAF como um espaço de aprofundamento da construção e recomendação de políticas de desenvolvimento rural com vistas a diminuição das assimetrias e melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Nas declarações analisadas apresenta-se uma crítica ao modelo atual de desenvolvimento, o definindo como promotor da concentração de riqueza e do investimento, concentrador da terra, bem como promotor da exclusão social e degradação ambiental. Em contrapartida, é recorrente a defesa de um modelo de desenvolvimento com equidade social, equilíbrio ambiental e sustentabilidade. Em sua V Assembleia Ordinária, a COPROFAM definiu desenvolvimento sustentável como sendo um processo de transformações econômicas, sociais e políticas que incorporam toda a sociedade, criando emprego, renda, participação política e acesso a bens e serviços essenciais, respeitando diversidades de raça, etnia, gênero e geracionais. Entende-se, portanto, que a COPROFAM tem clareza sobre a necessidade de um projeto de desenvolvimento alternativo. Os princípios gerais deste projeto – embora possam encontrar-se expressos mediante uso de diferentes termos²⁵ - são a defesa de uma sociedade equânime, que considere as diversidades e que gere riqueza sem destruir a natureza. Atores centrais neste processo, para a COPROFAM, são os agricultores familiares, que por um lado são considerados empobrecidos, e por outro lado produtores de produtos que podem ser, e são, consumidos por toda a população. Considera-se que estes produtos são identificados com a cultura local e são produzidos buscando respeitar o ambiente onde estão inseridos. Estes pontos são recorrentemente citados nos documentos da organização.

No conjunto das 14 declarações, a COPROFAM fez referência à temática tecnológica em quatro delas. Assim, a discussão sobre a temática tecnológica não esteve sempre presente nas discussões da organização, apareceu apenas em suas declarações no ano de 2005, 2006, 2012 e 2020, o que permite inferir que tal discussão é relativamente periférica para a confederação. Na V Assembleia Ordinária a organização defendeu que os agricultores devam ter acesso aos conhecimentos gerados na sociedade, já na Carta de Santiago a organização defendeu a promoção de tecnologias adequadas como parte das políticas de

²³ Disponível em: <http://coprofam.org/quienes-somos/>

²⁴ Estão disponíveis em seu endereço eletrônico 16 declarações, lançadas ao longo de sua história, excetuam-se da análise duas que dizem respeito a apoio à mobilizações políticas conjunturais. Considera-se, portanto, 14 declarações para compreender a posição da COPROFAM sobre a temática.

²⁵ Na X Assembleia Ordinária, por exemplo, a COPROFAM defende o desenvolvimento rural sustentável, equitativo e justo.

desenvolvimento rural sustentável. Na VIII Assembleia Ordinária defendeu que existam políticas de assistência técnica, pesquisa e geração de tecnologias apropriadas como parte das políticas necessárias para tal modelo de desenvolvimento. Já na Declaração do Fórum de Agricultores (FAFO 2020) a COPROFAM compartilhou uma declaração que defende os conhecimentos tradicionais dos agricultores familiares. É perceptível, assim, que a organização percebe a necessidade da discussão da questão tecnológica para o avanço de suas pautas. Aborda tal discussão a partir da noção de tecnologias apropriadas, percebendo que as respostas técnicas às suas proposições de desenvolvimento não podem ser baseadas nas técnicas e tecnologias da modernização da agricultura.

Além das declarações, outros documentos importantes para compreender os posicionamentos da COPROFAM na discussão da técnica e tecnologia, são os estudos nacionais de políticas públicas para a agricultura familiar, publicados no ano de 2019. Em 2019 as organizações afiliadas à confederação publicaram uma série de estudos que avaliam políticas públicas específicas para a Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Perú y Uruguay; avaliam a projeção destas políticas para a região e propõe uma agenda política para os próximos anos²⁶. A análise destes documentos permite evidenciar quais as proposições políticas, caso existentes, das organizações afiliadas à COPROFAM com relação à discussão das técnicas e tecnologias. Ao analisar-se os documentos produzidos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) do Brasil, Organización Nacional Campesina (ONAC) e Unión Agrícola Nacional (UAN) do Paraguai, Comisión Nacional de Fomento Rural (CNFR) e Asociación de Mujeres Rurales del Uruguay (AMRU) do Uruguai, Federación Agraria Argentina (FAA) da Argentina, Movimiento Unitario Campesino y Etnias de Chile (MUCECH) do Chile, Coordinadora de Integración de Organizaciones Económicas Campesinas (CIOEC) da Bolívia e Confederación Campesina del Peru (CCP) do Peru, percebeu-se uma diversidade importante de compreensões e proposições acerca da temática²⁷.

Para a CONTAG deve-se promover a agroecologia e a multifuncionalidade da agricultura familiar como forma de desenvolvimento da AF no Brasil. Neste mesmo sentido a entidade defende que se promova uma pesquisa e inovação tecnológica que considere as peculiaridades sociais e culturais da agricultura familiar e dos distintos biomas brasileiros; ao mesmo tempo em que afirma ser necessário reconhecer dinâmicas locais de geração de conhecimento e o papel das mulheres neste processo. A ONAC e UAN demonstram que sua preocupação central é com a rentabilidade da agricultura familiar paraguaia e defendem que a pesquisa deva priorizar uma perspectiva agroecológica. A CCP defende que o desenvolvimento agropecuário no Peru deve priorizar iniciativas econômicas e mudança tecnológica que priorizem os mercados locais e tecnologias adaptadas à ele. Neste sentido defende que se busque a oferta de serviços e infraestrutura adequadas aos diferentes tipos de agricultores, e que a construção da assistência técnica deve

²⁶ Estes estudos são assinados por autores específicos, sendo eles, José Carlos Vigil (Argentina), Sandra M. Uscamayata (Bolívia), Mauro del Grossi (Brasil), Héctor Torres (Chile), Adrián Morínigo Villalba (Paraguai), Javier Cervera (Perú), Gustavo Cabrera (Uruguay), tais autores foram contratados em acordo entre COPROFAM, organizações afiliadas nos países e FIDA MERCOSUL CLAEH. Os estudos são financiados pelo “Projeto Diálogo Político para as Transformações Rurais no convenio entre COPROFAM e o FIDA Mercosul”.

²⁷ Uma compilação destas encontra-se no Anexo IV.

considerar tais elementos. A CIOEC preocupa-se com a institucionalização de uma economia comunitária e com a valorização dos camponeses e indígenas como produtores de alimentos saudáveis, que previnem enfermidades na Bolívia. A MUCECH considera uma questão central para agricultura familiar chilena o baixo nível educacional dos camponeses e sua proposição relacionada à técnica e tecnologia é a promoção de capacitação permanente e contínua. A FAA afirma que os agricultores familiares argentinos precisam ser considerados atores econômicos, mas não especifica proposições neste sentido. Da mesma forma não faz recomendações a respeito de políticas tecnológicas e de geração e/ou valorização de conhecimentos. A CNFR e AMRU não fazem recomendações explícitas quanto a um projeto de desenvolvimento ou à políticas de conhecimento ou tecnológicas para agricultores familiares uruguaios.

Neste sentido, pode-se perceber diferenças de compreensão entre filiadas da COPROFAM quanto a necessidade e conteúdo de uma agenda tecnológica. As proposições variam da valorização dos conhecimentos e técnicas locais à valorização dos conhecimentos criados para uma agricultura industrial: A FAA (Argentina) não traz proposições bem como a CNFR e AMRU (Uruguai); ONAC e UAN (Paraguai) e CONTAG (Brasil) colocam como fundamental a promoção da agroecologia e dos conhecimentos locais; as organizações CCP (Peru), CIOEC (Bolívia) tem explícitas preocupações com a valorização do conhecimento local; já a MUCECH (Chile) traz preocupações no sentido da inserção dos agricultores nos mercados constituídos e sua proposição é que os agricultores possam conhecer as tecnologias e métodos existentes no mercado.

A partir da análise destes documentos ressalta-se a existência de distintas perspectivas na discussão sobre técnicas e tecnologias mesmo entre entidades pertencentes a uma mesma confederação. Tais circunstâncias podem ser relacionadas com a relativa autonomia das entidades filiadas e sua priorização (e sensibilidade) às agendas nacionais. No esforço de síntese dos diagnósticos nacionais para definição uma agenda de desenvolvimento rural para 2013, a COPROFAM reforça sua avaliação de que as políticas de ciência e tecnologia para agricultura familiar não figuram como principais prioridades (COPROFAM, 2019).

7 A DISCUSSÃO DA TÉCNICA E TECNOLOGIA NA REAF: AVANÇOS E DESAFIOS

transformação da sociedade e que são geradas para ampliar o poder de ação dos grupos que as criam. Neste sentido, as organizações são consideradas portadoras de projetos de transformação ou de manutenção das relações sociais existentes em determinada sociedade em um período histórico específico. Desta maneira, compreende-se que são as organizações, também, as responsáveis pelas concepções e perspectivas defendidas e seguidas na REAF, dentre elas as perspectivas de desenvolvimento e perspectivas tecnológicas. Considerando estes pressupostos, convém indagar-se a respeito do potencial transformador ou conservador das concepções e proposições relacionadas às temáticas tecnológicas emergentes na REAF.

Inicialmente convém admitir que o tratamento dado a discussão da técnica e tecnologia na REAF, em si mesmo, permite uma aproximação inicial a este potencial. A consideração da missão da REAF revela que esta foi criada para facilitar a participação da agricultura familiar no comércio internacional e

fortalecimento das políticas voltadas ao desenvolvimento desta categoria. Ao buscar compor uma agenda que contribuísse ao desenvolvimento [integral] desta categoria a REAF incorporou demandas históricas das organizações dos agricultores, comprometendo-se a abordar um conjunto diverso de temáticas – em torno das quais estruturou grupos de trabalho permanentes (GTs). Assim, os trabalhos da REAF foram concentrados em torno aos GTs: Facilitação do Comércio, Acesso à Terra e Reforma Agrária, Equidade de Gênero, Juventude Rural, Mudança Climática e Gestão de Risco e Registros Nacionais da Agricultura Familiar. Ao considerar-se esta estrutura, o primeiro elemento que chama atenção é a inexistência de um GT específico para discussão da temática tecnológica. Constatase que não se alcançou consenso necessário quanto à relevância desta temática para transformá-la em um GT específico.

Entende-se que tais disposições poderiam resultar da compreensão de que a REAF visa tão somente a obtenção da melhor posição social da agricultura familiar (e não a transformação do modelo de desenvolvimento da sociedade). A melhoria da posição social dos agricultores familiares poderia ser obtida pela redução de assimetrias, o que se alcança mediante implementação de políticas de redistribuição de terras, políticas de crédito, políticas de acesso a mercado, políticas específicas para as mulheres e para os jovens rurais, além de políticas que melhorem a infraestrutura física. A possível razão para tal tratamento é a compreensão que os problemas da agricultura familiar se relacionam prioritariamente com a má distribuição de recursos produtivos e acesso precário aos mercados, técnicas e tecnologias e políticas.²⁸ Não se considera, portanto, a existência de inter-relação entre mudança das relações sociais e mudança das relações técnicas, por parte da maior parte dos atores da REAF. Tal constatação permite inferir que o tratamento periférico da temática tecnológica na REAF ocorreu porque esta não foi considerada um elemento central para a resolução dos problemas da agricultura familiar, pois estes poderiam ser resolvidos com políticas redistributivas.

Outras formas de abordar o potencial transformador ou conservador das concepções e proposições relacionadas à temática tecnológica emergentes na REAF remetem à análise do teor das discussões realizadas neste fórum e/ou análise das concepções e proposições das organizações que tiveram protagonismo nele. A partir dos encaminhamentos, percebe-se que a discussão da técnica e tecnologia para agricultura familiar alcançou repercussão limitada, resultando em: uma formal de ministros em torno a relevância da temática; proposição de um Programa específico (Programa de cooperación y intercambio de experiencias de políticas públicas para el desarrollo y acceso a tecnología); e proposição de um convênio com PROCISUR em torno de uma agenda negociada (o qual entretanto não chegou a ser formalmente firmado).

A análise do teor das discussões foi dificultada pelas características das atas, uma vez que foi priorizado o registro das ações realizadas e encaminhamentos. Entretanto, a análise das mesmas fornece indícios de avanços pontuais na problematização da temática tecnológica, como o observado na XXI REAF. Nesta reunião, colocou-se em discussão as relações entre modelo tecnológico e modelo de desenvolvimento, apontou-se para o cenário de projetos políticos/econômicos

²⁸ Por outro lado, não há reconhecimento da relação entre mudança das relações sociais e necessidade de mudança das relações técnicas, por parte da maior parte dos atores da REAF.

em disputa e firmou-se acordo para todos os países publicizarem as Políticas de Agroecologia que vinham sendo implementadas em seu território. Por outro lado, apesar do potencial destas problematizações, os consensos formalizados em torno a temática tecnológica (recomendações sobre política de ATER) reforçam a perspectiva redistributiva da REAF, na medida em que concebem a ATER como instrumento para acesso à políticas públicas e assistência técnica – não enfatizando seu potencial como agente mobilizador para inovação nos próprios territórios.

Do mesmo modo, buscou-se identificar a maneira que a temática tecnológica aparece nos relatos e deliberações nas atas, ou seja, a partir de que perspectiva teórica é tratada e com que perspectiva de desenvolvimento se relaciona. A partir de tal análise percebeu-se que certas noções foram recorrentemente utilizadas para tratar da temática de geração de conhecimentos, técnicas e tecnologias na REAF, incluindo-se tecnologias apropriadas, conhecimento tradicional, agroecologia, boas práticas, inovação tecnológica. Estas noções aparecem relacionadas com a discussão de ATER, ATER participativa, ATER com perspectiva de gênero e com adjetivações de desenvolvimento como desenvolvimento local; desenvolvimento sustentável; modelos sustentáveis de desenvolvimento; desenvolvimento local. Considera-se que estas noções remetem para o reconhecimento de que a agricultura familiar requer abordagens e políticas diferenciadas ao mesmo tempo em que fornecem poucos subsídios para avaliar seu potencial (transformador ou conservador).

A análise das proposições das organizações, por sua vez, requer considerar o caso do PROCISUR e da COPROFAM, destacadas neste estudo.

A postura do PROCISUR de aproximação à REAF pode ser explicada se considerada a orientação da política da organização de aproximação aos atores do setor produtivo para consolidação das plataformas tecnológicas. Conforme detalhado no texto, o PROCISUR estruturou suas proposições a partir da noção de tecnologias apropriadas. Neste sentido, cabe reconhecer que a noção de tecnologias apropriadas remete a um movimento de problematização da inter-relação tecnologia e sociedade que ganhou força a partir de meados da década de 1960 nos países em desenvolvimento, mas também em países desenvolvidos como Estados Unidos (PURSELL, 1993). Os estudos sobre este movimento o apresentam como complexo e multifacetado, relacionado a crítica ambientalista nos países desenvolvidos²⁹ e também à crítica da dependência tecnológica em países em desenvolvimento (SCHUMACHER, 1983). Cabe ainda reconhecer a utilização desta noção pelos movimentos orientados a construção da agricultura alternativa na América Latina (FREZZOLI; AROND, 2015) e a geração de referências específicas no âmbito dos centros internacionais de pesquisa e por parte de organizações de cooperação internacional (NORMAN et al, 1996). Neste sentido, entende-se que como organização de pesquisa o PROCISUR traduz a internalização de uma reflexão crítica sobre tecnologia (para pequena produção/ agricultura familiar) que vinha sendo trabalhada, referendando a noção adotada pelo CIPAF: “Cuando se plantea desde el programa generar Tecnologías Apropriadas, se está señalando la necesidad

²⁹ Conforme pondera Pursell (1993, p.630) ao referir-se ao movimento nos EUA: *To explain the rise of Appropriate Technology, one must take into account the convergence of a broad countercultural movement, a reassertion of doubts about the role of technology in American life, and the burgeoning environmental movement. This rich nexus was easily labeled "antitechnology" but, in fact, embodied a critique of certain technologies and certain definitions of the word, rather than a rejection of technology as such.*

de desarrollar tecnologías productivas y organizacionales que guarden estrecha relación con las condiciones socio-económicas y culturales específicas y la dotación de factores con que cuenta la pequeña agricultura familiar.” (RAMILO, 2010, p.21) Como movimento tão diverso, as propostas derivadas foram muito diversas, assim como as interpretações sobre o seu potencial transformador (ROSA, 1989; FREITAS, 2012). No melhor das hipóteses, esta perspectiva aponta para um pluralismo tecnológico (convivência de paradigmas) mais do que superação do paradigma tecnológico hegemônico na agricultura.

A postura da COPROFAM, por sua vez, remete às dificuldades de estabelecer posicionamentos convergentes num contexto de agendas e perspectivas nacionais diversificadas das entidades filiadas. Ou seja, quando analisada a posição da confederação constata-se que esta poderia ser uma das principais proponentes da temática, pois seus documentos sugerem uma relação entre defesa de perspectiva de desenvolvimento alternativa e o tratamento diferenciado de técnicas e tecnologias. Este tipo de enfoque encontramos na tradição de abordagem da COPROFAM, que na declaração de Santiago (2006) manifesta-se em defesa da promoção de tecnologias adequadas como parte das políticas de desenvolvimento rural sustentável, por exemplo. A declaração da VIII Assembleia Ordinária (2012) é ainda mais específica ao colocar: “Defesa de políticas de assistência técnica, pesquisa e geração de tecnologias apropriadas como parte das políticas necessárias para tal modelo de desenvolvimento.”, portanto identificando relação entre modelo de desenvolvimento/modelo tecnológico/modelo de política. Entretanto, quando analisados documentos de cada uma das organizações componentes da confederação, é possível perceber diferenças de compreensão significativas, o que acaba por limitar a capacidade propositiva da COPROFAM.

A partir do exposto problematizam-se as implicações da posição da COPROFAM. A análise dos documentos evidencia que como representante de uma categoria social a COPROFAM se propôs a refletir sobre sua relação com a natureza, por meio das técnicas que utiliza, entretanto, suas posições não se traduziram em protagonismo na discussão de técnica e tecnologia na REAF. Ao agir deste modo, corre o risco de não explorar seu potencial para fortalecer a posição de seus criadores nos processos de disputa social onde estão inseridos. Ao não buscar uma incidência transformadora sobre a natureza das técnicas, capaz de diferenciar os modelos de desenvolvimento, as mudanças de posição eventualmente alcançadas mediante conquista e implementação de políticas públicas de natureza redistributiva ficou condicionada à disposição dos governantes e conjunturas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho objetivou-se caracterizar a discussão a respeito de uma problemática tecnológica para agricultura familiar na REAF/MERCOSUL, compreender a razão do espaço existente para tal discussão, bem como compreender seus condicionantes. Após a reflexão, a partir do referencial teórico utilizado e da análise dos documentos da REAF e de organizações centrais como COPROFAM e PROCISUR, concluiu-se que a temática é periférica na agenda da REAF, frente a outras pautas como redistribuição de terras, gênero, sucessão rural, comércio, crédito e mudanças climáticas.

A possível razão para tal tratamento é a compreensão, por parte dos participantes com maior poder de barganha na REAF, que os problemas da agricultura familiar se relacionam prioritariamente com a má distribuição de recursos e, conseqüentemente, acesso precário aos mercados. A resolução destes problemas, para os atores do fórum, perpassa por políticas redistributivas, políticas de acesso à mercado, políticas de gênero e políticas para a juventude.

Há uma baixa relação entre atuação na REAF e proposição de encaminhamentos a respeito da temática tecnológica para a maior parte dos atores, excetuando-se o PROCISUR e em partes a representação dos agricultores. Tanto para os governos, quanto para as organizações internacionais, a questão central para a agricultura familiar na atualidade é resolvida predominantemente com políticas de inclusão social, de gênero e juventude. Quando analisada a representação dos agricultores, percebe-se que sua confederação é uma das proponentes da temática e os seus documentos sugerem uma relação entre defesa de uma perspectiva de desenvolvimento alternativa e o tratamento diferenciado da temática tecnológica. Entretanto, quando analisados documentos de cada uma das organizações componentes da confederação, é possível perceber diferenças de compreensão significativas entre as organizações de agricultores nacionais.

Tais constatações nos permitem concluir que o tratamento periférico da temática tecnológica na REAF ocorre porque esta não é considerada um elemento central para a resolução dos problemas da agricultura familiar, pois estes resolvem-se com políticas de promoção da equidade social. Por outro lado, não há reconhecimento da relação entre mudança das relações sociais e necessidade de mudança das relações técnicas, por parte da maior parte dos atores da REAF.

Apesar das limitações da discussão sobre temática tecnológica na REAF, observa-se a utilização de uma terminologia que remete ao reconhecimento da necessidade de técnicas e tecnologias diferenciadas para a agricultura familiar. Destaca-se a referência às tecnologias apropriadas, mas ressalta-se que tal perspectiva tem uso associado à trajetória do PROCISUR na discussão do tema.

The Mercosur technological problem and family agriculture: an analysis from REAF

ABSTRACT

This work aims to characterize the discussion on techniques and technologies for family farming in REAF / MERCOSUR, as well as to understand their conditions and implications. It is guided by the understanding that the techniques and technologies used by a society are shaped by the existing development model, as well as helping to shape the relationships that will be established in the future. In this sense, the techniques are considered as shaping social relations, because they mediate the relations between human beings, just as they mediate the relations between human beings and nature. Schumpeter (1997), Veblen (1965), Dosi (1982), North (1990) and Pinto (2005) are used as theoretical references. The research has been carried out based on documentary analysis, and this allowed us to conclude that the technological theme is peripheral on the REAF agenda, compared to other topics such as land redistribution, gender, rural succession, trade, credit and climate change. The analysis of the position of organizations participating in REAF contributes to the explanation of the relative importance given to the topic, as well as the adopted concepts. By not problematizing the relationship between technique, technology and the development model, organizations have made a limited contribution to creating a more favorable future environment for the socio-economic insertion of family farming.

KEY WORDS: Family farming, development, technologies.

REFERÊNCIAS

ALARCÓN, Javier. Políticas Públicas para la Agricultura Familiar: El caso de Perú. Lima: CCP/ COPROFAM, 2019.

ALBIN, Alfredo. Investigacion, innovacion y etensión para la AF em America Latina. *Revist@ IICA*, n.5, p. 18-19, dec. 2010.

CABRERA, Gustavo. Políticas Públicas para la Agricultura Familiar: El caso de Uruguay. Montevideo: CNFR/ AMRU/ COPROFAM, 2019.

COPROFAM. Políticas Públicas para Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena no Mercosul ampliado: Propostas da COPROFAM para uma agenda de desenvolvimento rural para 2030. Montevideo: CLAEH, 2019.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Políticas Públicas Diferenciadas para a Agricultura Familiar no Mercosul Ampliado: O caso do Brasil. Brasília: CONTAG /COPROFAM, 2019.

DOSI, Giovanni; FREEMAN, Christopher; FABIANI, Silvia. The process of Economic Development: Introducing Some Stylized Facts and Theories, Firms and Institutions. *Industrial and Corporate Change*, v.3, n.1, p.1-45, 1994.

DOSI, Giovanni. Technological paradigms and technological trajectories: A suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. *Research Policy*, v. 11, n. 3, p. 147-162, 1982.

FAO/IFAD. Putting family farmers at the centre to achieve the SDGs: United Nations Decade of Family Farming: 2019-2018. Rome: FAO, 2019.

FREITAS, Carlos Cesar Garcia. Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: um estudo sob a ótica da adequação sociotécnica. Tese (Programa de Pós-Graduação em Administração) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012. Cap.2

FRESSOLI, Mariano; AROND, Elisa. Technology for Autonomy and Resistance: The Appropriate Technology Movement in South America. Brighton: STEPS Centre, 2015. STEPS Working Paper 87.

GOULET, Frédéric. Family Farming and the emergence of an alternative sociotechnical imaginary in Argentina. *Science, Technology and Society*, v.25, n.1, p. 86-105, 2020.

INSTITUTO Sul-Americano de Política e Estratégia - ISAPE. Think tanks: Conceito, Casos e Oportunidades no Brasil. ISAPE Debate, n. 2, out. 2012.

LONG, Norman. Development sociology: actor perspectives. Taylor & Francis e-Library, Londres, 2004.

MENGEL, Alex A. Modernização da agricultura e pesquisa no Brasil: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Seropédica, 2015.

MERCOSUR/REAF. REAF: Del Dialogo Político y las Normas a la Agenda Operativa de Políticas Publicas para la Agricultura Familiar em el MERCOSUR ampliado. Montevideo, 2019.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa De. Nota sobre a Economia do Desenvolvimento nos Vinte e Cinco Gloriosos do Pós-Guerra. São Paulo, 2004.

NIEDERLE, Paulo. REAF MERCOSUR: Una década de coproducción de políticas públicas entre el estado y la sociedad civil. Porto Alegre: FAO, 2016. 31p.

NORMAN, D.W.; WORMAN, F.D.; SIEBERT, J.D.; MODIAKGOTLA, E. El enfoque de sistemas agropecuarios para el desarrollo y la generacion de tecnologia apropiada. Roma: FAO, 1996. 256p.

NORTH, Douglass C. Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PINTO, Álvaro Vieira. O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005. Vol.1.

POLANYI, Karl. A grande transformação – as origens de nossa época. Elsevier, Rio de Janeiro, 2012.

PROCISUR. Plataforma Tecnológica Regional sobre Agricultura Familiar, 2004.

PROCISUR. Informe Anual 2007. Montevideo: PROCISUR, dec. 2007. Documentos Institucionales.

PROCISUR. Plan de Mediano Plazo 2019-2022. Montevideo, 2019. Documentos Institucionales.

PURSELL, Carrol. The Rise and Fall of the Appropriate Technology Movement in the United States, 1965- 1985. *Technology and Culture*, v.34, n.3, p. 629-637, jul. 1993.

RAMILO, Diego. El desafio es generar tecnologia apropiada para la AF. *Revist@ IICA*, n.5, p.20-21, dec. 2010.

RAMILO, Diego et al. *Investigación y Desarrollo para la Agricultura Familiar em el Cono Sur*. Montevideo: IICA, 2010. 47p.

RAMOS, Álvaro. Estado de las Políticas Diferenciadas para la Agricultura Familiar Campesina e Indígena em Siete Países de América Latina: Compilación y Análisis. Montevideo: COPROFAM, 2019.

ROSA, Claudio Porto da. Tecnologia Apropriada: um conjunto homogêneo? *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.29, n.1, p.47-51, jan./mar. 1989.

SABOURIN, Eric; GRISA, Catia (Orgs.) A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe. Porto Alegre: Escritos Editora, 2018. 286p.

SÁ MOTTA, Rodrigo. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SCHUMACHER, Ernst Friedrich. *O negócio é ser pequeno: Um estudo de economia que leva em conta as pessoas*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

TORRES, Héctor. *Políticas Públicas en la Agricultura Familiar Campesina e Indígena*. Santiago: MUCECH/ COPROFAM, 2019.

USCAMAYTA, Sandra Marca. *Políticas Públicas para la Agricultura Familiar: El caso de Bolivia*. La Paz: CIOEC/ COPROFAM, 2019.

VEBLÉN, Thorsten. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Pioneira, 1965.

VILLALBA, Adrián Morínigo. Políticas Públicas Diferenciadas para la Agricultura Familiar Campesina. Asuncion: ONAC-UAN/ COPROFAM, 2019.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília. Editora UnB, 2009. Vol.1. (TEXTO REFERE WEBER 2008)

Anexo I – O tratamento da temática tecnológica nas reuniões da REAF

Reunião	Modalidade do tema na pauta	Encaminhamento Gerado	Proponente
III	Apresentação de instrumento de política.	Sugestão da importância de política de tecnologia por parte dos Estados.	Delegações Nacionais
VI	Apresentação do PROCISUR e sua atuação na área de Desenvolvimento Tecnológico.	Sugestão do PROCISUR de atuação conjunta com a REAF.	PROCISUR
VII	Sugestão da REAF para delegações nacionais.	Que as organizações e governos discutam conhecimentos tradicionais em seus respectivos países.	REAF
VIII	Sugestão das delegações nacionais à REAF.	Que a REAF estimule o discussão de conhecimentos tradicionais.	Delegações Nacionais.
X	Apresentação de instrumento de política (Anexo VI da ata).	Informe da Direção de política “Innovacion Tecnológica” Paraguai.	Delegação Nacional Paraguai.
XI	Proposição PROCISUR.	Sugestão de espaço permanente na REAF para identificar temas de interesse em matéria de tecnologias apropriadas para a agricultura familiar.	PROCISUR
XII	Proposição PROCISUR	Plataforma colaborativa de tecnologias apropriadas para a A.F., onde sejam relacionados conhecimentos dos agricultores e conhecimentos científicos.	PROCISUR
XIII	Apresentação de experiência.	Experiências do Centro de Investigación y Desarrollo para la Agricultura Familiar do INTA. A REAF defende que os países membros incluam o enfoque agroecológico em sua institucionalidade pública.	PROCISUR REAF
XVI	(1) COPROFAM apresenta estudo do PROCISUR sobre adaptação da AF à mudança climática; (2) Apresentação das políticas de ATER nacionais; (3) Apresentação da Red del Sur;	(1) A REAF considera que a assistência técnica, e a tecnologia, os sistemas tradicionais de produção são elementos que devem ser considerados para responder às questões geradas pela mudança climática; (2) Se acordou de tratar da temática nas seções nacionais; (3) A “Red” conforma uma aliança público-privada para a geração e transferência de tecnologias adaptadas entre Uruguai e Argentina.	COPROFAM; PROCISUR; Estados.
XVII	Seminário de Assistência Técnica e Extensão Rural	(1) Apresentação de ações de ATER com perspectiva de gênero desenvolvidas pelo Programa Regional de Gênero; Reforçou a necessidade de melhorar a assistência técnica da região;	REAF
XVIII	(1)Apresentação delegação argentina. (2)Encaminhamento dos coordenadores nacionais (3)Informe da Sociedade civil	(1) Apresentou experiência de tecnologias apropriadas como parte da estratégia de promoção de desenvolvimento local. (2) Deverão fortalecer os espaços nacionais, ampliando a participação das organizações locais, e deverão internalizar o tema desenvolvimento tecnológico sustentável, competitivo e inclusivo. (3) Definiu como prioridade (II) necessidade de marcos legais para uso e manutenção de sementes nativas e crioulas e conhecimentos tradicionais;	Delegações Nacionais
XIX	(1)Importância de tecnologias apropriadas. (2)Manual de Boas Práticas (3)Seminário sobre Assistência Técnica e Extensão Rural.	(1) A REAF reafirma a importância de tecnologias apropriadas e as delegações deliberam por impulsionar um “Programa Regional de Cooperação e Intercâmbio de Experiências e Políticas Públicas para o Acesso ao desenvolvimento de Tecnologias para a Agricultura Familiar, sendo este dirigido pelo PROCISUR.	REAF

		(2) Delibera pela elaboração de um Manual de Boas Práticas para a adaptação da agricultura familiar à mudança climática. (Não é claro se aspectos técnicos, tecnológicos serão abordados neste manual) (3) Objetivo de refletir sobre a teoria e prática de ATER.	
XXI	(1) Acordo de cronograma de trabalho entre ST da REAF e ST do PROCISUR (2) Acordo para divulgação das Políticas de Agroecologia existentes nos países do bloco. (3) Formação de gestores locais de risco climático. (4) Declaração sobre Políticas Públicas de Acesso à Tecnologias Apropriadas para a Agricultura Familiar e Campesina. (Anexo 8, importante) (5) Seminário de Políticas de Desenvolvimento e Tecnologias apropriadas para a Agricultura Familiar. (6) Declaração das organizações sociais. (Anexo 10)	(1) Estabelecimento de cronograma para o desenvolvimento de um Manual de Boas Práticas para a AF. (2) A REAF elaboraria uma matriz de todas as políticas públicas e experiências de institucionalidade a respeito de agroecologia existentes no bloco para que estas fossem mais conhecidas. (3) Interesse em dar continuidade à formação de gestores de risco locais; (4) Declaração de Ministros com interesse em formular e desenvolver programa regional de intercâmbio entre REAF e institutos de investigação e extensão, sob a coordenação do PROCISUR. (5) No seminário foram apresentadas experiências exitosas realizadas nos territórios, com ênfase em tecnologias apropriadas e modelos produtivos em disputa. (6) Ponto 5, garantir assistência técnica apropriada, permanente, equitativa e participativa para a AF.	REAF
XXII	Políticas de Acesso à Tecnologias Apropriadas para à Agricultura Familiar	(1) Acordou-se em realizar uma primeira atividade sobre políticas de geração, desenvolvimento e acesso à tecnologias apropriadas e apropriáveis pela AF, no sentido em elaborar um Programa Regional sobre o tema.	REAF
XXIII	(1) Seminário sobre Assistência Técnica e Extensão Rural	(1) Identifica a necessidade de construção de plataformas de diálogo sobre ATER, propõe que as delegações formulem propostas de atividades para que o tema tenha continuidade na REAF.	REAF
XXIV	Proposição de Convênio Marco de Cooperação entre REAF e PROCISUR.	(1) A partir da declaração de Ministros sobre Acesso à tecnologias apropriadas, manteve-se o diálogo REAF-PROCISUR e definiu-se uma agenda com os temas: a) Sistemas de inovação para a AFCl; b) tecnologias apropriadas e apropriáveis; c) boas práticas e sistemas de produção para a adaptação à mudança climática;	PROCISUR
XXV	(1) Convenio Marco REAF – PROCISUR (2) REAF e IICA propõe um Acordo Geral para a Cooperação Técnica. (3) Se realizou o Seminário sobre ATER para a REAF.	(1) As delegações concordaram em dar continuidade do “Projeto de Convenio Marco de Cooperação” e decidiram levar ao GMC uma versão ajustada. (2) Dentre a agenda são prioritários os temas de inovação e extensão, cadeias de valor, etc. (3) Objetivos da atividade: a) conhecer os sistemas nacionais de ATER dos países membros do MERCOSUL, normas, instituições, acordos, recursos, redes e atividades; d) identificar linhas gerais para as políticas de ATER inclusivas e dirigidas à AFCl. As delegações afirmaram “satisfação” com a metodologia de caráter participativo adotada.	REAF; PROCISUR;
XXVI	(1) Jornada de Intercâmbio: Inovação, AF e Cooperativismo.	(1) Realização da Jornada em conjunto com a Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul. Objetivo de uma instância de intercâmbio de conhecimento de	REAF; PROCISUR;

	<p>(2) Cooperação REAF – PROCISUR</p> <p>(3) II Concurso de Boas Práticas - Programa FIDA MERCOSUL-CLAEH</p> <p>(4) A REAF participou da XXXIII Reunião Ordinária do Conselho Agropecuário do Sul.</p>	<p>experiências inovadoras do setor cooperativo. (anexo XIV)</p> <p>(2) PROCISUR apresentou sua linha estratégica de AF e os avanços dos projetos que desenvolve em conjunto com a RRAF, [...] sobre o fortalecimento dos processos de inovação na AF nos países do CONESUL.</p> <p>(3) O Programa FIDA MERCOSUL CLAEH apresentou os ganhadores do prêmio e defende a publicação e sistematização dos casos ganhadores.</p> <p>(4) Ambas as organizações ressaltaram a importância de uma agenda comum que trate [...] de c) intercâmbio de tecnologia, processos de inovação.</p>	
XXVII	<p>(1) Programa Regional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas</p>	<p>(1) As Seções Nacionais definirão ferramentas, metas, produtos e benefícios para compor a proposta de programa, com base nos eixos, promoção de modelos sustentáveis de desenvolvimento para a AF.</p>	REAF

Anexo II – Evolução da agenda do PROCISUR para a agricultura familiar no período 2001/2022

Tipo de estratégia	PMP 2001/2004 (valido ate 2006) Pequena empresa agropecuária e agroindustrial	Plataforma Regional Agricultura Familiar [2004]	PMP 2015/2018 AGRICULTURA FAMILIAR Desafios regionais	PMP 2019/2022 - AGRICULTURA FAMILIAR (Desafios regionais)
Estratégias de redução da dependência à insumos externos e adequação das tecnologias de produção	Desenvolvimento de máquinas e equipamentos apropriados para as pequenas empresas.	Escasso desenvolvimento de máquinas e apropriação de máquinas e equipamentos adequados para a AF.	Promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a AF, como insumos, maquinas, equipamentos e tecnologias da informação e comunicação (TIC).	Analisar o impacto das novas tecnologias nos processos de inovação da agricultura familiar e os jovens rurais.
		Alta dependencia dos produtores da AF à insumos externos.		
		Escasso aproveitamento de energias alternativas.		
Estratégias de inserção mercado	Desenho de plantas agroindustriais adequadas a pequena escala em conformidade com exigências fitossanitárias e de baixo custo.	Escasso valor agregado dos produtos procedentes da AF	Promover o fortalecimento da institucionalidade e das políticas públicas específicas para a sustentabilidade da AF na região, orientadas a reduzir as distorções de mercado, com enfoque territorial e inclusão social.	Impulsionar a geração de informação e conhecimentos sobre estratégias de diferenciação de produtos e esquemas de comercialização empregados pela AF, com ênfase no papel das mulheres e jovens rurais.
	Valorização de produtos artesanais, especialmente processos biológicos de preservação.			
	Avaliação de processos artesanais para amparar a legislação que regulamenta o setor.			
Bens comuns e serviços ecossistêmicos			Contribuir para uso e conservação dos recursos naturais nas áreas de AF, associado a outras funções da ruralidade orientados à sustentabilidade.	
	Caracterização de recursos genéticos rústicos, autóctones, para amparar os direitos coletivos de propriedade intelectual e denominação de origem.	Perda do patrimônio genético por erosão genética/Biopirataria.	Estimular a coleta, caracterização, conservação, melhoramento dos recursos genéticos regionais com resgate dos recursos nativos e respeito a agrobiodiversidade recuperando os saberes locais e	

			disponibilizando-os, quando for o caso.	
Enfoque metodológico Pesquisa	Enfoque de Pesquisa e Desenvolvimento convencional deve ser melhorado para incorporar aspectos específicos da AF.	Sistematizar, validar e promover metodologias de Pesquisa e Desenvolvimento para AF.		

Anexo III – Concepções de desenvolvimento e temática tecnológica nas Declarações da COPROFAM desde sua criação

Documento	Cidade	Data	Sobre desenvolvimento	Sobre tecnologia
Declaração COPROFAM	da Rosário - AR	16/10/96	Nada consta.	Nada consta.
Declaração COPROFAM	da Florianópolis - BR	1/10/99	Promover desenvolvimento com equidade social, equilíbrio ambiental e sustentabilidade. Integração subordinada aos objetivos de desenvolvimento sustentável para o Mercosul.	Nada consta.
Relatório Preliminar IV Seminário Pequenos Agricultores Mercosul	Empedrado - AR	05/10/00	Nada consta.	Nada consta.
Declaração IV Assembleia Ordinária	Ypacarai - PY	12/06/03	Crítica ao modelo atual de desenvolvimento dos países do Mercosul, promotor da concentração da produção e do investimento, concentrador da terra, renda; promotor da exclusão social e degradação ambiental.	Nada consta.
Declaração de Brasília	Brasília - BR	22/08/03	A AF cumpre um papel fundamental para a estabilidade social, sustentabilidade ambiental e para o desenvolvimento de seus países. Contribui para o combate da pobreza, distribuição demográfica mais equilibrada e melhor distribuição de renda.	Nada consta.
Declaração V Assembleia Ordinária	Montevideo - UR	28/10/05	Defesa de desenvolvimento sustentável, entendendo este como processo de transformações econômicas, sociais e políticas que incorporam toda a sociedade, criando emprego, renda, participação política e acesso a bens e serviços essenciais, respeitando diversidades de raça, etnia, gênero e geracionais.	Defesa do acesso ao conhecimento gerado na sociedade.

Carta de Santiago	Santiago - CH	1/09/06	Defesa da AFCL como ator sócio produtivo fundamental para o desenvolvimento das suas nações. Defesa da REAF como espaço para consensuar políticas de desenvolvimento rural do Mercosul.	Defesa da promoção de tecnologias adequadas como parte das políticas de desenvolvimento rural sustentável.
Declaração da Coprofam	Paysandu - UR	23/11/07	Defesa da produção familiar, camponesa, indígena, preservação do meio ambiente, soberania e segurança alimentar, primando pelo desenvolvimento rural sustentável, equitativo e justo. Necessidade de aprofundar a construção e recomendação de políticas de desenvolvimento rural na REAF-MERCOSUL, com vistas a diminuição das assimetrias e melhoria na qualidade de vida das pessoas.	Nada consta.
VIII Assembleia Ordinária	Buenos Aires - AR	15/03/12	Defesa de modelo de desenvolvimento rural equilibrado, justo e sustentável. Sendo os agricultores familiares, camponeses e indígenas atores fundamentais para assegurar soberania e segurança alimentar, preservação do meio ambiente e biodiversidade.	Defesa de políticas de assistência técnica, pesquisa e geração de tecnologias apropriadas como parte das políticas necessárias para tal modelo de desenvolvimento.
X Assembleia Ordinária	Montevideu - UR	15/06/17	Defesa de desenvolvimento rural sustentável, equitativo e justo. Defesa da REAF como espaço de construção e recomendação de políticas mitigadoras de assimetrias.	Nada consta.
Organizações de Agricultura Familiar na VI Conferência Global sobre Agricultura Familiar		29/03/19	Defesa da AF como pilar fundamental para o desenvolvimento dos países Latino Americanos.	Nada consta.
Declaração de Bavaro	Bavaro - República Dominicana	27/08/19	Nada consta.	Nada consta.
Declaração Fórum Agricultores FAFO 2020		27/02/20	Defesa de pequenos agricultores e de seus conhecimentos.	Defesa de apoio às iniciativas de pequenos agricultores de práticas e sistemas agroecológicos, e dos recursos genéticos tradicionais (sementes e animais) – conhecimentos tradicionais.

Declaração Agricultura FAFO 2020	Org., Familiar		02/07/20	Defesa de políticas que garantam a sustentabilidade e a transformação de sistemas alimentares até enfoques mais sustentáveis das unidades agrícolas, pesca, florestas e pastagens.	Nada consta.
---	-----------------------	--	----------	--	--------------

Anexo IV – Proposições de Políticas Públicas das organizações componentes da COPROFAM

Título Estudo	Organização	Recomendações Visão de Modelo de Produção Agropecuária	Proposições relativas temática tecnológica
Políticas Públicas Diferenciadas para a Agricultura Familiar no Mercosul Ampliado - O caso Brasil	CONTAG	1) Avançar na consolidação da Política Nacional de Agroecologia; 2) estimular a multifuncionalidade da agricultura familiar;	1) Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação tecnológica, considerando as peculiaridades sociais e culturais da agricultura familiar e dos distintos biomas brasileiros. [...] 2) Reconhecer, valorizar e disseminar as dinâmicas comunitárias e regionais de conservação da agro biodiversidade. 3) [...] Incentivar pesquisas agroecológicas, que reconheçam as mulheres como sujeito do processo de construção do conhecimento.
Políticas Públicas Diferenciadas para la Agricultura Familiar Campesina - Paraguay (2004-2017)	ONAC e UAN	Promover a agricultura rentável e sustentável, priorizar as organizações com enfoque de cadeia produtiva, o que permite gerar melhores retornos para o setor e consolidar suas condições de garantir segurança alimentar e soberania alimentar.	Política de política agropecuária promovida pelo Estado, que priorize a pesquisa sobre produção de alimentos e técnicas agroecológicas.
Políticas Públicas para la Agricultura Familiar - El caso de Uruguay	CNFR - AMRU	Não há recomendações no estudo Uruguaio	Não há recomendações no estudo Uruguaio
Agricultura Familiar Campesina e Indígena em la Argentina. 2004 - 2017	FAA	Os produtores da agricultura familiar são atores econômicos e deve-se reivindicar esta qualidade de atores econômicos. Considerar tal proposição significa que as possibilidades de desenvolvimento para agricultura familiar ter relação direta com as políticas econômicas, bem como com as políticas de assistência social.	Não há recomendações a respeito de técnicas, tecnologias e conhecimentos.
Políticas Públicas en la Agricultura Familiar Campesina e Indígena em Chile	MUCECH	Os produtores camponeses têm um baixo nível de educação escolar, o que limita sua competição. Os programas de apoio a agricultura camponesa desconsideram a capacitação como ferramenta importante para o desenvolvimento do setor, bem como a incorporação de novas tecnologias, inovação, agregação de valor e acesso ao crédito.	Necessário reconhecer o baixo nível educacional dos camponeses, portanto a capacitação deve ser uma formação permanente e contínua, que leve em conta este fator, incorporando novas metodologias de trabalho.
Políticas Públicas para la Agricultura Familiar - El caso de Bolivia	CIOEC	O setor deve buscar institucionalização da economia comunitária, campesina indígena originária, implementar espaços de diálogo e normas que favoreçam a agricultura familiar campesina indígena e originária. Deve-se dar	Não há recomendações a respeito de técnicas, tecnologias e conhecimentos.

		maior visibilidade aos pequenos produtores como produtores de alimentos, que curam e previnem enfermidades, entre elas o câncer e obesidade.	
Políticas Públicas para la Agricultura Familiar - El caso de Perú	CCP	As propostas de desenvolvimento agropecuário devem combinar iniciativas econômicas e de mudança tecnológica em direção à tecnologias adaptadas e adequadas às condições de mercado local. É necessário reconhecer a diversidade da agricultura do país e as políticas devem responder à pluralidade de situações e demandas.	1) Se requer construir uma oferta de bens e serviços adequados aos diferentes tipos de produtores, suas estratégias tecnológicas e econômica e, suas diversas necessidades de financiamento. 2) Há que se construir os serviços de assistência técnica e extensão, inexistente no país.

Recebido: 13 out. 2020.

Aprovado: 20 nov. 2020.

DOI: 10.3895/rbpd.v9n5.13511

Como citar: MENGEL, A. A.; DIESEL, V. A problemática tecnológica e a agricultura familiar do Mercosul: uma análise a partir da REAF. **R. bras. Planej. Desenv.**, Curitiba, v. 9, n. 5, p.664-702, Edição Especial Agricultura Familiar no Mercosul, dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Alex Alexandre Mengel

Rodovia RS 030, 11.700 – km 92 Emboaba, Tramandaí – RS

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

